



PAC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS 2017

ABRIL 2018

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA

Contador

CRC: 1SP198857/O-2

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO
DE ITAPECERICA DA SERRA – CERIS**

Relatório Anual Societário 2017

São Lourenço da Serra, abril de 2018

Índice

| | |
|--|------------|
| Relatório da Administração Societário..... | 4 |
| Balanço Patrimonial Societário..... | 19 |
| Demonstração do Resultado do Exercício Societário..... | 22 |
| Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício..... | 24 |
| Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário..... | 25 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa Societário..... | 26 |
| Notas Explicativas..... | 27 |
| Parecer do Conselho Fiscal Societário..... | 61 |
| Parecer dos Auditores Independentes Societário..... | 62 |
| Relatório Anual Regulatório 2016..... | 65 |
| Balanço Patrimonial Regulatório..... | 82 |
| Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório..... | 84 |
| Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatório..... | 86 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório..... | 87 |
| Notas Explicativas Regulatórias..... | 88 |
| Parecer dos Auditores Independentes Regulatório..... | 130 |

Relatório da Administração Societário

Senhores Cooperados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Ao término do meu primeiro mandato de quatro anos, tenho o sentimento e a certeza do dever cumprido. Transformamos a CERIS em uma Permissionária que se ajustou dentro das normas e regras da ANEEL, modernizou-se em todos os sentidos, tecnologicamente, operacionalmente, comercialmente, inclusive renovando a frota de veículos, tudo com recursos próprios, sem usar financiamento de terceiros e deixando um saldo em caixa para o ano de 2018, superior ao valor recebido no início do nosso mandato. Hoje a CERIS é uma das melhores empresas do Município de São Lourenço da Serra e da região, estando 100% em dia com suas responsabilidades social, fiscal e ambiental. Foi e está sendo uma administração austera e responsável, com a participação da Diretoria, dando destaque ao meu Vice Sr. Sydney Birochi e principalmente com a participação de todos os funcionários de cada área se envolvendo com os problemas e dando sugestões para a solução dos mesmos para atingirmos as metas estabelecidas sem desperdícios de tempo e dinheiro.

Em Dezembro de 2013 tínhamos 4.961 ligações entre residencial, comercial, industrial, rural e poderes públicos e terminamos em Dezembro de 2017 com 5.690 ligações (14,7%) a mais e, no mesmo período, com 452 quilômetros de redes primárias e secundárias com 49 funcionários e terminamos o ano de 2017 com 476,4 quilômetros de redes (5,4%) a mais e com 42 (quarenta e dois) funcionários.

Agradeço mais uma vez a todos os funcionários e os diretores inclusive do conselho fiscal que me acompanharam neste meu primeiro mandato e lembrar a todos os cooperados que o sucesso ou fracasso da CERIS depende da decisão e atitudes que tomamos hoje.

Somos responsáveis por tudo que fazemos, e também pelas coisas que deixamos de fazer.

Obrigado

Grato,

João Batista Schupp

Presidente

Carta do Contador

Muitos, devido a Contabilidade apresentar em seus relatórios, essencialmente números, a veem como uma área meramente matemática e que registra fatos ocorridos.

Entendo que a área Contábil de uma empresa mais que números, apresenta resultados que se bem analisados, podem não apenas registrar fatos, mas sim auxiliar na tomada de decisões que geram fatos futuros, fatos estes que influenciarão na sociedade que está em torno da empresa.

Dito isto, é com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Contábil Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeperica da Serra- CERIS informo aos Senhores Cooperados, Usuários e Sociedade em geral a conclusão do exercício de 2017.

Destaco que, no intuito de manter em dia todas as informações relacionadas à saúde financeira da CERIS, todas as obrigações acessórias, sejam elas: Federais, Estaduais, Municipais e àquelas enviadas à ANEEL, como BMP - Balancete Mensal Padronizado, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, PAC - Prestação Anual de Contas, estão todas em dia. Tanto que todas as CND – Certidões Negativas de Débitos expedidas pelos órgãos fiscalizadores estão devidamente em dia.

Por fim apresentamos a seguir as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal desta Cooperativa Permissionária do exercício de 2017, de modo a facilitar e dar todas as condições na tomada de decisões que, como dito inicialmente, influenciará na vida da sociedade como todo.

Agradeço primeiramente a DEUS, e a todos que de alguma forma colaboraram com o Departamento Contábil para que pudesse ao final do exercício de 2017, apresentar de forma correta a evolução patrimonial da CERIS.

São Lourenço da Serra - SP

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

CRC: 1SP198857/O-2Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de quatro décadas e meia de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 5.690 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2017, 307 novas ligações, sendo 302 Residenciais, 4 Comercial e 1 Serviço Público totalizando 5.690 consumidores atendidos.
- Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A e participação do Programa Governamental PROINFA.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica para os municípios de Embu Guaçu, Itapecerica Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo. Não atendemos nenhum consumidor livre dentro de nossa área de Concessão.

Número de Consumidores

| Consumidores | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Residencial | 4.799 | 4.988 | 5.141 | 5.285 | 5.519 |
| Comercial | 75 | 81 | 83 | 79 | 83 |
| Industrial | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Rural | 38 | 36 | 36 | 32 | 33 |
| Poderes Públicos | 22 | 22 | 22 | 22 | 21 |
| Iluminação Pública | 26 | 31 | 30 | 32 | 32 |
| Serviço Público | - | - | - | - | 1 |
| Total | 4.961 | 5.159 | 5.313 | 5.451 | 5.690 |
| Variação | 2,97% | 3,99% | 2,99% | 2,60% | 4,38% |

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra, no ano 2017, foi de 16,094 Gigas, tendo apresentado um aumento de 1,09% em relação a 2016, devido às diminuições dos consumos das classes Residencial, Industrial e Poderes Públicos.

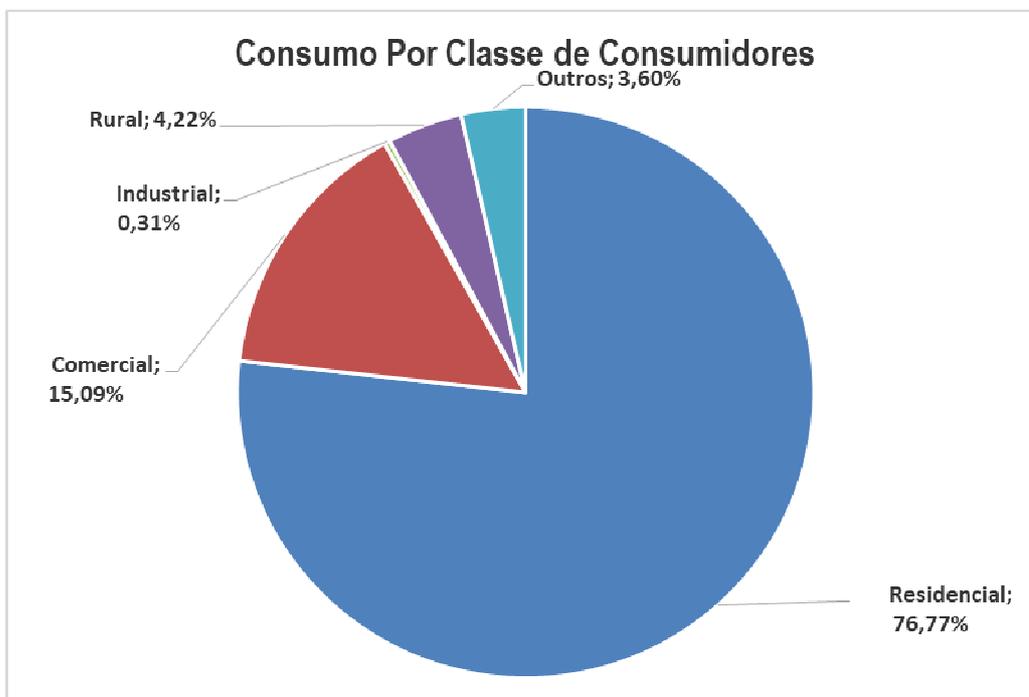
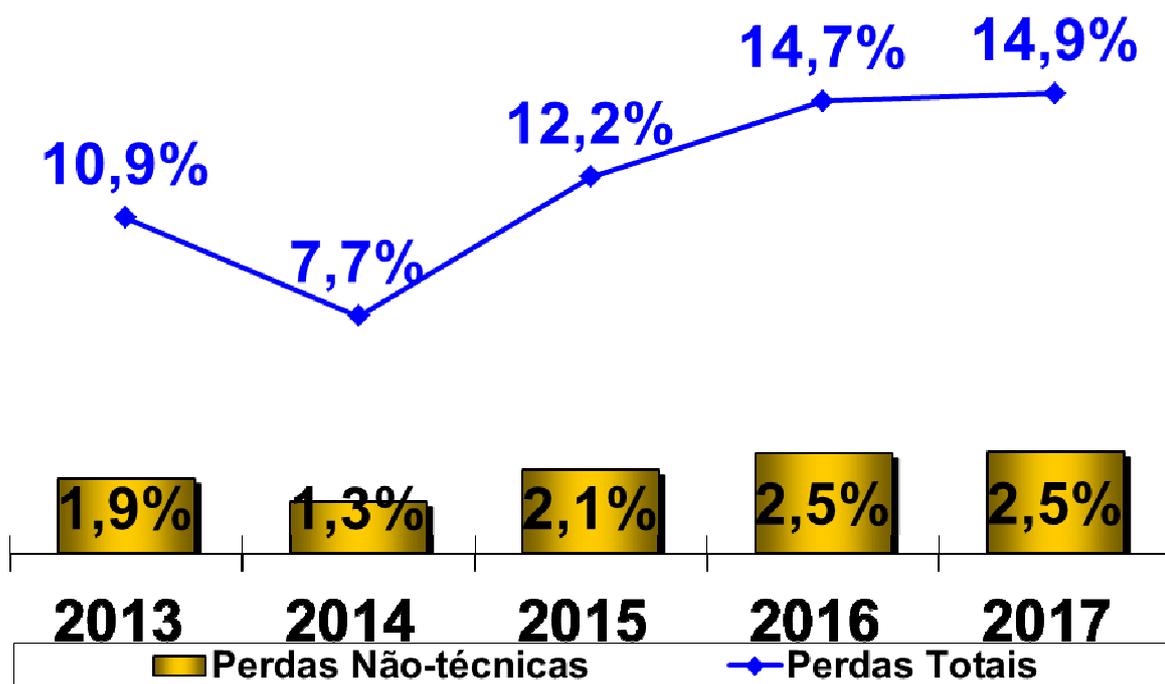
O segmento do mercado que mais influenciou esse resultado foi o Setor Industrial, apresentando uma redução 90,22%, sendo que a variação deu-se devido ao único consumidor Industrial ter migrado de alta para baixa tensão e também da classe Industrial para a classe Comercial, tanto que a segunda classe que mais influenciou o resultado foi a comercial com um aumento de 40,46% em 2017.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Balço Energético

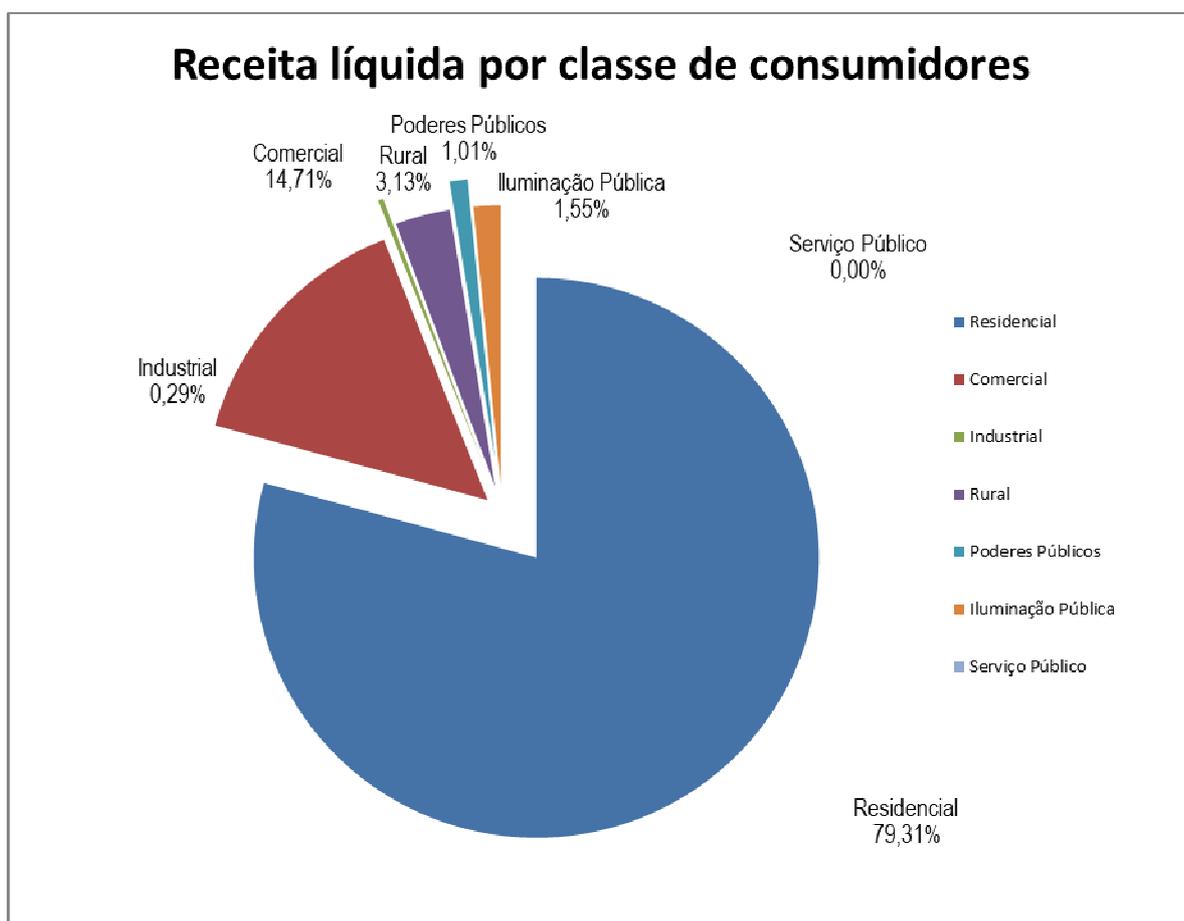
| Energia Requerida - GWh | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Venda de Energia | 15,24 | 15,61 | 15,92 | 15,59 | 16,10 |
| - Fornecimento | 15,24 | 15,61 | 15,92 | 15,59 | 16,10 |
| - Suprimento p/ agentes de distribuição | - | - | - | - | - |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | - | - | - | - | - |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Mercado Atendido | 15,24 | 15,61 | 15,92 | 15,59 | 16,10 |
| Perdas na Rede Básica | | | | | |
| Pernas na Distribuição | 1,86 | 1,30 | 2,21 | 2,68 | 2,82 |
| Perdas Técnicas | 1,54 | 1,08 | 1,83 | 2,22 | 2,34 |
| Perdas não Técnicas - PNT | 0,32 | 0,22 | 0,38 | 0,46 | 0,48 |
| PNT / Energia Requerida % | 1,9% | 1,3% | 2,1% | 2,5% | 2,5% |
| Perdas Totais - PT | 1,86 | 1,30 | 2,21 | 2,68 | 2,82 |
| PT / Energia Requerida % | 10,9% | 7,7% | 12,2% | 14,7% | 14,9% |
| Total | 17,10 | 16,91 | 18,13 | 18,27 | 18,92 |



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 6.520,24 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

| Classe | 2017 | 2016 | % |
|--------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Residencial | 5.170,91 | 4.399,53 | 17,53% |
| Comercial | 959,20 | 704,68 | 36,12% |
| Industrial | 19,10 | 108,37 | -82,38% |
| Rural | 203,87 | 177,97 | 14,55% |
| Outros | 167,16 | 139,54 | 37,09% |
| Poderes Públicos | 65,98 | 59,55 | 10,80% |
| Iluminação Pública | 101,02 | 79,99 | 26,29% |
| Serviço Público | 0,16 | 0,00 | 0,00% |
| Total | 6.520,24 | 5.530,08 | 17,90% |



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017, apresentou um crescimento de 4,38% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

| Número de Consumidores | | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Classe | 2017 | 2016 | Var % |
| Residencial | 5.519 | 5.285 | 4,43% |
| Comercial | 83 | 79 | 5,06% |
| Industrial | 1 | 1 | 0,00% |
| Rural | 33 | 32 | 3,13% |
| Outros | 54 | 54 | -4,55% |
| Poderes Públicos | 21 | 22 | -4,55% |
| Iluminação Pública | 32 | 32 | 0,00% |
| Serviço Público | 1 | 0 | 0,00% |
| Total | 5.690 | 5.451 | 4,38% |

Tarifas - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, após a realização da RTP ocorrida em 2017, com efeitos retroativos a 2016, e da realização do IRT 2017 são as relacionadas no quadro abaixo.

| Classe | Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h |
|---------------|---|
| Residencial | 418,36 |
| Comercial | 394,73 |
| Industrial | 382,00 |
| Rural | 299,81 |
| Outros | 288,21 |

| Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo | KWh | KWh | KWh | KWh |
|--|---------------|-----------------|------------------|------------------|
| Tarifas Brutas | 0 a 30 | 31 a 100 | 101 a 220 | Acima 220 |
| | 0,14935 | 0,25603 | 0,38403 | 0,42671 |

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

| Ano | DEC (Horas) | FEC (Interrupções) | Tempo de Espera (horas) |
|-------------|--------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 2013 | 91,75 | 29,47 | 2,59 |
| 2014 | 120,56 | 32,86 | 2,59 |
| 2015 | 149,48 | 39,78 | 3,16 |
| 2016 | 125,06 | 37,02 | 3,48 |
| 2017 | 57,96 | 23,06 | 2,99 |

Atendimento ao consumidor - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o lucro líquido societário foi de R\$ 689,08 mil, contra R\$ 350,49 mil em 2016, um aumento de 96,60%.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 689,08 mil

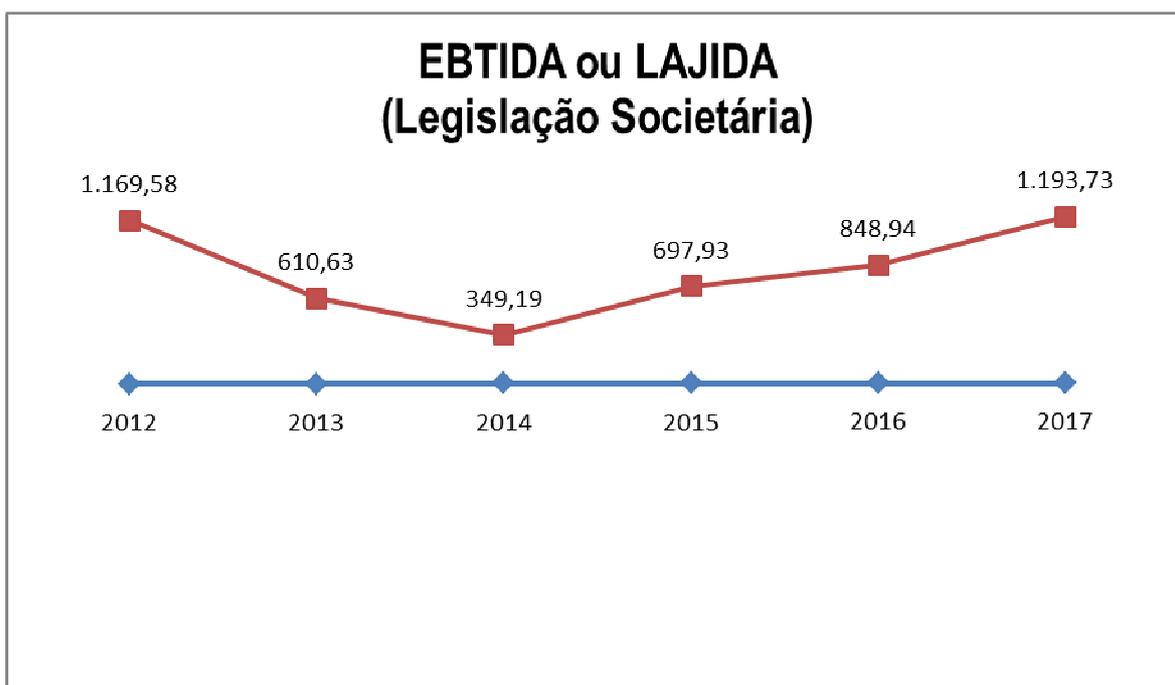
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 239,19 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 327,09 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 7.021,81 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 5.396,67 mil.

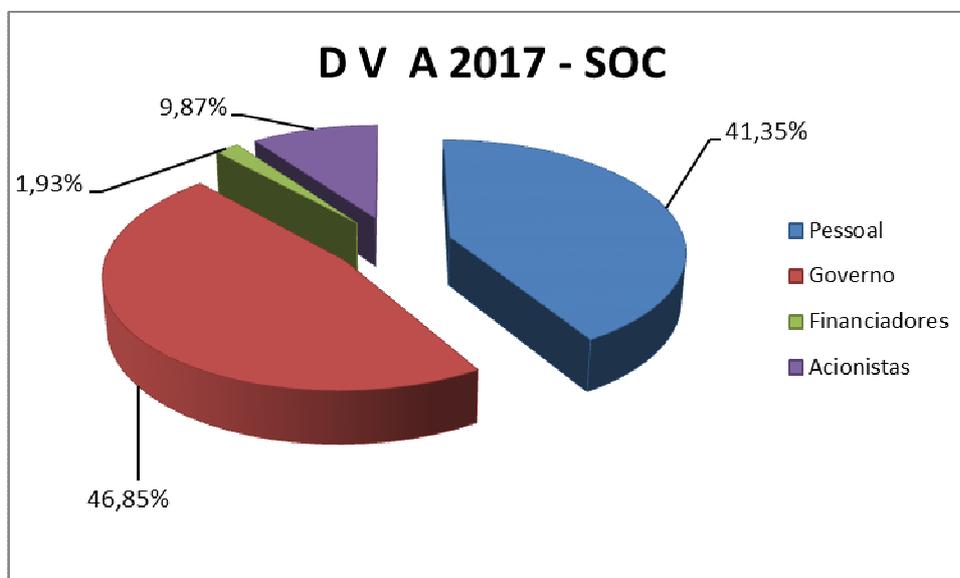
As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 4.757,57 mil, 2,62% superiores em relação a 2016. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 6,08% contra 2,85% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.193,73 mil, superior em 40,61% a 2016, que foi de R\$ 849,94 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 428,89 mil, 8,79% inferiores em relação a 2016, realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 1.757,55 R\$/mil.

Valor adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$ 6.979,44 mil, representando 68,54% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os Cooperados se reúnem e deliberam sobre a destinação das sobras acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de março de cada ano.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da CERIS era de R\$ 4.069,59 mil, composto por 406.959.337 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

| Números de Quotas em milhares | | |
|-------------------------------|--------------------|------------|
| Acionistas | | % |
| Cooperados | 406.959.337 | 100 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| Total | 406.959.337 | 100 |

Atendimento aos Cooperados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve a sua certificação renovada, comprovando assim as suas boas práticas.

Recursos humanos: Em 2017 a CERIS investiu R\$ 15,49 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu

ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas administrativas no valor de R\$ 4,55 mil. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia metade do valor da universidade de sua equipe e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2016 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 281,21 R\$/mil; b) Auxílio médico R\$/mil 170,61 mil; c) e Seguro de Vida R\$/mil 30,13.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

| Outorgada em números | 2017 | 2016 | % |
|--|-------------|-------------|----------------|
| Atendimento | | | |
| Número de consumidores | 5.690 | 5.451 | 4,38% |
| Número de empregados | 42 | 43 | -2,33% |
| Número de consumidores por empregado | 135 | 127 | 6,87% |
| Número de localidades atendidas | 5 | 5 | 0,00% |
| Número de agências | 1 | 1 | 0,00% |
| Número de postos de atendimento | 1 | 1 | 0,00% |
| Número de postos de arrecadação | 5 | 5 | 0,00% |
| Mercado | | | |
| Área de Permissão (Km ²) | 235,64 | 235,64 | 0,00% |
| Geração própria (GWh) | - | - | 0,00% |
| Demanda máxima (MWh/h) | 5.611 | 5.431 | 3,31% |
| Distribuição direta (GWh) | 16,09 | 15,60 | 0,00% |
| Consumo residencial médio (kWh/ano) | 2.198,42 | 2.280,82 | -3,61% |
| Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh) | 419,10 | 380,48 | 10,15% |
| Total (exceto curto prazo) | - | - | 0,00% |
| Residencial | 418,36 | 387,23 | 8,04% |
| Comercial | 394,73 | 402,87 | -2,02% |
| Industrial | 382,00 | 433,46 | -11,87% |

| | | | |
|--|-----------|-----------|---------|
| Rural | 299,81 | 273,68 | 9,55% |
| Suprimento | - | - | 0,00% |
| DEC (horas) | 57,96 | 125,04 | -53,65% |
| População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes) | 6,95 | 6,81 | 2,06% |
| População atendida - Rural (em milhares de habitantes) | 21,48 | 20,45 | 5,04% |
| FEC (número de interrupções) | 23,06 | 36,97 | -37,63% |
| Número de reclamações por 1.000 consumidores | - | - | 0,00% |
| Operacionais | | | |
| Número de usinas em operação | - | - | 0,00% |
| Número de subestações | - | - | 0,00% |
| Linhas de transmissão (Km) | - | - | 0,00% |
| Linhas de distribuição (Km) | 476,86 | 473,36 | 0,74% |
| Capacidade instalada (MW) | 23,61 | 23,19 | 1,81% |
| Financeiros | | | |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 9.731,07 | 7.963,43 | 22,20% |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 7.021,81 | 5.396,67 | 30,11% |
| Margem operacional do serviço líquida (%) | 38,58% | 47,56% | -18,88% |
| EBITDA OU LAJIDA | 1.193,73 | 848,94 | 40,61% |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 689,08 | 350,49 | 96,60% |
| Lucro líquido por mil cotas | - | - | 0,00% |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 11.334,50 | 10.641,44 | 6,51% |
| Valor patrimonial por cota R\$ | - | - | 0,00% |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) | 6,08 | 2,85 | 113,33% |
| Endividamento do patrimônio líquido (%) | 88,18 | 86,52 | 1,92% |
| Em moeda nacional (%) | 100,00 | 100,00 | 0,00% |
| Em moeda estrangeira (%) | - | - | 0,00% |
| Indicadores de Performance | - | - | |
| Sálario Médio dos Funcionarios | 2,61 | 2,53 | 3,16% |
| Energia Gerada/Comprada por Funcionário | 0,38 | 0,36 | 5,60% |
| Energia Gerada/Comprada por Consumidor | 0,0028 | 0,0029 | -1,19% |
| Retorno de ativos por unidade | - | - | 0,00% |

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a DEUS, à Diretoria, aos Cooperados, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2017 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, Abril/2018

A Administração

Balanco Patrimonial Societario

| COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO DA REGIAO DE ITAPECERICA DA SERRA | | |
|---|------------------|------------------|
| CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 | | |
| Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de | 2017 | 2016 |
| (Valores expressos em milhares de reais) | | |
| | Consolidado | |
| | 2017 | 2016 |
| Ativos | | |
| Ativo Circulante | 5.675,98 | 5.216,69 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.371,90 | 2.852,03 |
| Consumidores | 1.305,33 | 1.105,21 |
| Concessionarias e permissionarias | - | - |
| Servicos em curso | 99,00 | 97,78 |
| Tributos compensaveis | 210,16 | 299,83 |
| Depositos judiciais e caucoes | - | - |
| Almoxarifado operacional | 91,29 | 124,98 |
| Investimentos temporarios | - | - |
| Emprestimos | - | 0,30 |
| Ativos regulatorios | 276,61 | 655,64 |
| Despesas pagas antecipadamente | 23,86 | 29,77 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos circulantes | 297,83 | 51,16 |
| Ativos de operacoes descontinuadas | - | - |
| Bens destinados a alienacao | - | - |
| Ativo Nao-Circulante | 7.177,31 | 7.082,80 |
| Consumidores | - | - |
| Concessionarias e permissionarias | - | - |
| Servicos em curso | - | - |
| Tributos compensaveis | 77,09 | 49,32 |
| Depositos judiciais e caucoes | 11,85 | 2,66 |
| Investimentos temporarios | 681,80 | 697,97 |
| Emprestimos | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Ativos regulatorios | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos nao circulantes | 1.862,38 | 1.948,81 |
| Bens e atividades nao vinculadas a concessao do Servico Publico de Energia Eletrica | - | - |
| Imobilizado | 1.102,17 | 1.045,83 |
| Intangivel | 3.442,02 | 3.338,21 |
| Total do ativo | 12.853,29 | 12.299,49 |

| | | |
|--|------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Passivo Circulante | 1.153,70 | 1.235,82 |
| Fornecedores | 123,05 | 55,67 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12,78 | 42,21 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 166,33 | 131,54 |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | 314,51 | 299,25 |
| Provisão para litígios | - | - |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | - | - |
| Encargos setoriais | 224,15 | 124,16 |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Passivos Financeiros Setoriais | 176,36 | 465,21 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos circulantes | 136,51 | 117,77 |
| | | |
| Passivos de operações descontinuadas | - | - |
| | | |
| Passivo Não-Circulante | 365,09 | 422,24 |
| Fornecedores | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | - | - |
| Provisão para litígios | - | - |
| Encargos setoriais | - | - |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Passivos Financeiros Setoriais | - | 173,20 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos não circulantes | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 365,09 | 249,04 |
| | | |
| Total do passivo | 1.518,79 | 1.658,05 |
| | | |
| Patrimônio líquido | 11.334,50 | 10.641,44 |
| Capital social | 4.069,59 | 4.065,61 |
| Reservas de capital | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Reservas de lucros | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | - | - |
| Lucros ou prejuízos acumulados | - | - |
| Ações em tesouraria | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | - | - |
| Participação de não controladores | - | - |
| Reserva de sobras | 6.975,32 | 6.509,14 |
| Sobras à disposição da Assembleia | 289,59 | 66,69 |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | - | - |
| | | |
| Total do patrimônio líquido | 11.334,50 | 10.641,44 |
| | | |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 12.853,29 | 12.299,49 |

Demonstração do Resultado do Exercício Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de

2017 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

2017 2016

Operações em continuidade

| Receita / Ingresso | 9.731,07 | 7.963,43 |
|---|-------------------|-------------------|
| Fornecimento de energia elétrica | 2.971,13 | 12.551,40 |
| Suprimento de energia elétrica | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | 5.356,84 | (5.202,85) |
| Ativos e Passivos Regulatórios | 79,14 | 513,41 |
| Serviços cobráveis | 11,59 | 8,61 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | - | - |
| Outras receitas | 1.312,37 | 92,86 |
| Tributos | (1.834,08) | (1.646,29) |
| ICMS | (1.633,41) | (1.451,00) |
| PIS-PASEP | (34,67) | (30,67) |
| Cofins | (160,02) | (159,11) |
| ISS | (5,98) | (5,51) |

| Encargos - Parcela "A" | (875,18) | (920,45) |
|---|-----------------|-----------------|
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (10,21) | (27,78) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | (10,21) | (27,74) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | (477,27) | (698,22) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | - | - |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | (19,05) | (22,78) |
| Outros encargos | (358,44) | (143,93) |

| Receita líquida / Ingresso líquido | 7.021,81 | 5.396,69 |
|---|-----------------|-----------------|
|---|-----------------|-----------------|

| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | (1.910,54) | (434,71) |
|--|-------------------|-----------------|
| Energia elétrica comprada para revenda | (1.910,54) | (434,71) |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição | - | - |
| Encargos e demais despesas setoriais | - | - |
| Perdas pelo valor de indenização / renovação | - | - |

| | | |
|---|---|---|
| Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida | - | - |
| Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios | - | - |
| (-) Reversão de devolução tarifária | - | - |
| (-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios | - | - |
| Outros | - | - |
| Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica | - | - |
| Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica | - | - |

| | | |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | 5.111,27 | 4.961,98 |
|--|-----------------|-----------------|

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | (4.757,57) | (4.636,32) |
| Pessoal e administradores | (3.399,24) | (3.112,88) |
| Material | (228,07) | (257,25) |
| Serviços de terceiros | (533,31) | (618,77) |
| Arrendamento e aluguéis | (159,75) | (160,87) |
| Seguros | (43,86) | (62,78) |
| Doações, contribuições e subvenções | (21,82) | (21,22) |
| Provisões | (55,01) | 6,02 |
| Perdas na alienação de bens e direitos | - | - |
| (-) Recuperação de despesas | 1,83 | 25,35 |
| Tributos | (27,87) | (25,86) |
| Depreciação e amortização | (457,36) | (440,37) |
| Gastos diversos | (2,02) | (0,98) |
| Outras Receitas Operacionais | 245,27 | 304,99 |
| Outras Despesas Operacionais | (76,36) | (271,70) |

| | | |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Resultado da Atividade | 353,70 | 325,66 |
|-------------------------------|---------------|---------------|

| | | |
|---------------------------------|----------|----------|
| Equivalência patrimonial | - | - |
|---------------------------------|----------|----------|

| | | |
|-----------------------------|---------------|--------------|
| Resultado Financeiro | 382,67 | 82,91 |
| Despesas financeiras | (134,55) | (491,14) |
| Receitas financeiras | 517,22 | 574,05 |

| | | |
|---|---------------|---------------|
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | 736,37 | 408,57 |
|---|---------------|---------------|

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Despesa com impostos sobre os lucros | (47,29) | (58,08) |
|---|----------------|----------------|

| | | |
|--|---------------|---------------|
| Resultado líquido das operações em continuidade | 689,08 | 350,49 |
|--|---------------|---------------|

Demonstração das Sobras / Perdas e Resultados do Exercício

| D S P R E - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS / PERDAS E RESULTADOS DO EXERCICIO | | | |
|---|---|----------------------|-------------------|
| EMPRESA | COOP. ELETRIFICAÇÃO DA REGIAO ITAP SERRA | | |
| CNPJ: | 57.384.943/000-182 | | |
| ENCERRAMENTO | 31/12/2017 | | |
| DESCRIÇÃO | RESULTADOS COOPERADOS. | RESULTADOS NÃO COOP. | CONSOLIDADO |
| INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS | 5.071,92 | 3.300,72 | 8.372,64 |
| RENDA NÃO FATURADA | 29,35 | 15,32 | 44,67 |
| NEUTRALIDADE / RTP - RTO | 47,94 | 31,20 | 79,14 |
| (-) IMPOSTOS E ABATIMENTOS | (1.640,38) | (1.068,88) | (2.709,27) |
| (=) INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS | 3.450,12 | 2.247,72 | 5.697,85 |
| (-) CUSTO DAS VENDAS | (3.065,23) | (1.996,61) | (5.061,84) |
| (=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | 384,89 | 251,11 | 636,00 |
| OUTROS INGRESSOS(RECEITAS)/DISPÊNDIOS(DESPEAS) | (27,20) | 120,77 | 93,56 |
| AJUSTES IFRS | (272,53) | 17,74 | (254,80) |
| RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO | 357,69 | 371,87 | 729,56 |
| RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS | 4,30 | 2,51 | 6,81 |
| RESULTADOS ANTES DAS PROVISÕES | 361,99 | 374,38 | 736,37 |
| PROVISÕES FISCAIS (IRPJ E CSLL) | - | (47,29) | (47,29) |
| SOBRAS / PERDAS - LUCRO / PREJUIZOS | 361,99 | 327,10 | 689,09 |

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Societário

| DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|--|--|------------------|
| | Capital Social | Reservas de capital | Reserva de reaval. | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | RESERVA DE SOBRAS | SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA | Recursos destinados a aumento de capital | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 4.065,31 | - | - | 3.307,67 | - | 2.917,66 | - | - | 10.290,64 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | 0,30 | - | - | - | - | - | - | - | 0,30 |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 333,82 | - | - | - | 333,82 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | (66,69) | - | 66,69 | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | 8,34 | - | - | 8,34 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para investimentos | - | - | - | (3.307,67) | - | 3.311,84 | - | - | 4,17 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Reservas (Efeitos IFRS) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RATES | - | - | - | - | (267,13) | 271,30 | - | - | 4,17 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 4.065,61 | - | - | 0,00 | - | 6.509,14 | 66,69 | - | 10.641,44 |
| Remuneração das imobilizações em curso | 3,98 | - | - | - | - | - | - | - | 3,98 |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 327,10 | - | 361,99 | - | 689,09 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | 36,20 | (36,20) | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | 84,78 | (84,79) | - | (0,01) |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Reservas (Efeitos IFRS) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RATES | - | - | - | - | (327,10) | 345,20 | (18,10) | - | 0,00 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 4.069,59 | - | - | 0,00 | - | 6.975,32 | 289,59 | - | 11.334,50 |

Demonstração do Fluxo de Caixa Societário

| Demonstração do Fluxo de Caixa | | |
|---|-----------------|-----------------|
| | SOCIETÁRIO | |
| | 2017 | 2016 |
| Atividades operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 8.704,95 | 7.561,41 |
| Outros recebimentos | 956,32 | 731,91 |
| Pagamentos a fornecedores | (1.671,57) | (1.705,18) |
| Fornecedores Energia Elétrica Comprada | (1.799,47) | (942,69) |
| Pagamentos a empregados | (2.118,82) | (2.026,68) |
| Juros pagos | (7,73) | - |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (2,35) |
| Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos | - | - |
| Tributos Federais | (212,62) | (964,10) |
| Tributos Estaduais e Municipais | (1.552,89) | (1.425,67) |
| Encargos Setoriais | (754,82) | (765,32) |
| Outros Pagamentos | (982,06) | (263,83) |
| Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais | 561,29 | 197,50 |
| Atividades de investimento | | |
| Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado | - | - |
| Aquisição de imobilizado | (401,95) | (387,62) |
| Aquisição de propriedades para investimento | - | - |
| Aquisição de instrumentos financeiros | 103,97 | - |
| Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros | - | - |
| Aquisição de intangíveis | - | - |
| Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido | - | - |
| Recebimento de incentivos | - | - |
| Juros recebidos | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | - | - |
| Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento | (297,98) | (387,62) |
| Atividades de financiamento | | |
| Recebimento (pagamento) do exercício de opções | - | - |
| Aquisição de participação de não controladores | - | - |
| Recebimento pela emissão de ações | - | - |
| Pagamento de passivos de arrendamento | - | - |
| Captações de empréstimos obtidos | - | - |
| Pagamento de empréstimos | (36,38) | (31,16) |
| Dividendos pagos | - | - |
| Receitas de Aplicações Financeiras | 299,23 | 298,98 |
| Despesas Bancárias | (6,29) | - |
| Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento | 256,56 | 267,82 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 519,87 | 77,70 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 2.852,03 | 2.774,33 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 3.371,90 | 2.852,03 |

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERIS é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição e comercialização de energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável, inclusive a Lei Cooperativista nº 5.764/71.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da cooperativa em 17 de março de 2018.

2 Das Concessões

DA PERMISSÃO

A CERIS detém permissão válida até o ano de 2028, para a distribuição e comercialização de energia elétrica nos municípios de Embu Guaçú, Itapeçerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e parte da área rural do município de São Paulo, conforme contrato de Permissão nº 005/2008 assinado em 12/06/2008. Atualmente, possui 5.690 consumidores, sendo, aproximadamente, 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais e não atende a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o poder concedente tem sua vigência do dia 12/06/2008 até o dia 11/06/2028, conforme parágrafo 3º, artigo 23 da Lei nº 9.074 /1995.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2016, 307 novas ligações, sendo 302 Residenciais, 4 Comercial e 1 Poder Público totalizando 5.690 consumidores atendidos.

Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A e participação do Programa Governamental PROINFA.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários e Lei cooperativista nº 5.764/71, observando as diretrizes contábeis emanadas pela legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB.

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 246/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017.

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada à apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015

Todos os quadros que compõem o balanço regulatório devem ser auditados pela mesma empresa de auditoria independente das demonstrações contábeis societárias.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos financeiros setoriais, obrigações sociais e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT (Nota 4-F). Desta forma a Permissionária registrou a partir da data de assinatura (12/2015) do Termo Aditivo ao contrato de permissão nº 005/2008, em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

4 Principais Práticas Contábeis

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores a receber, serviços em curso e outros ativos circulantes.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos

correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços, empréstimos e financiamentos e outros passivos circulantes.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

. **Consumidores, Permissionárias e Permissionárias.**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

. **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Intangível em Curso (por ser vinculado à Concessão) pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Investimentos**

A CERIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido**

A CERIS não diferiu nenhum Imposto no exercício 2015 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis.**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face da harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 127/2009 – SFF/ANEEL e Despachos ANEEL nºs 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016,

3.371/2016 e 4.356/2017, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, no exercício 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Assim como no Despacho SFF/ANEEL nº 245/2016, o Despacho SFF 3.371/2016, e Despacho SFF 4.356/2017, até que seja reavaliada a norma que trata da publicação, para o exercício de 2017 e considerando a existência da Central de Informações Econômicas – Financeiras do Setor Elétrico - CIEFSE, a SFF resolveu dispensar as Permissionárias de publicar suas demonstrações financeiras Societárias e Regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Vale destacar, também, a apuração em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na

| | | | |
|------|-----|-----|---------|
| Nota | No. | 44, | abaixo. |
|------|-----|-----|---------|

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A CERIS possui o montante de R\$ 4.024,58 (R\$/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

| Instituição | Tipo de aplicação | Vencimento | Legislação societária | |
|--------------------|-------------------|---------------|-----------------------|-----------------|
| | | | 2017 | 2016 |
| Curto Prazo | | | | |
| Banco Itaú | Renda Fixa | Indeterminado | 1.003,23 | 931,94 |
| Banco Santander | CDB/RDB | Indeterminado | 653,37 | 588,46 |
| Banco Santander | DI | Indeterminado | 80,37 | 5,66 |
| Banco Itaú | Automática | Indeterminado | 676,94 | 363,63 |
| Banco do Brasil SL | CDB | Indeterminado | 59,4 | 55,49 |
| Banco do Brasil SL | DI | Indeterminado | 517,76 | 525,74 |
| Aplic. Bradesco | Automática | Indeterminado | 34,46 | 30,32 |
| CEF - Aplicações | Automática | Indeterminado | 68,51 | 1,19 |
| BB renda fixa 200 | Renda Fixa | Indeterminado | 248,74 | 294,36 |
| Total | | | 3.342,78 | 2.796,79 |
| Longo Prazo | | | | |
| Instituição | Tipo de aplicação | Vencimento | Legislação societária | |
| | | | 2017 | 2016 |
| CEF | CDB - Flex | Indeterminado | 681,8 | 597,97 |
| Total | | | 681,8 | 697,97 |

6 Consumidores e Permissionárias.

Os valores referentes a Consumidores e Permissionárias dos períodos de 2017 e 2016, estão assim elencados, a seguir:

| | Legislação societária | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Consumidores | | |
| Faturados | 1.069,06 | 935,00 |
| Não faturados | 236,27 | 170,00 |
| Sub Total | 1.305,33 | 1.105,00 |
| Concessionárias | - | - |
| Permissionárias | - | - |
| Comercialização no âmbito do CCEE | - | - |
| Sub Total | - | - |
| Total | 1.305,33 | 1.105,00 |

Composição das Contas a Receber

| Consumidores Concessionárias Permissionárias | A Receber | | Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | | Saldos | |
|---|-----------------|-----------------|---|---------------|-----------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Residencial | 779,16 | 696,66 | -43,79 | -28,95 | 735,37 | 667,71 |
| Industrial | 5,04 | 1,77 | -1,15 | - | 3,89 | 1,77 |
| Comércio, Serviços e outras atividades | 133,95 | 89,24 | -0,41 | -0,22 | 133,54 | 89,02 |
| Rural | 21,71 | 16,55 | - | - | 21,71 | 16,55 |
| Poder Público | 8,54 | 8,05 | - | - | 8,54 | 8,05 |
| Federal | - | - | - | - | - | - |
| Estadual | - | - | - | - | - | - |
| Municipal | 8,54 | 8,05 | - | - | 8,54 | 8,05 |
| Iluminação Pública | 22,53 | 22,82 | - | - | 22,53 | 22,82 |
| Serviço Público | 0,05 | - | - | - | 0,05 | - |
| Taxas, multas, serviços e outros | 110,91 | 106,7 | -2,18 | -1,58 | 108,73 | 105,12 |
| Parcelamentos | 40,37 | 29,1 | -5,67 | -5,23 | 34,7 | 23,87 |
| Renda não faturada | 236,27 | 170,29 | - | - | 236,27 | 170,29 |
| Total | 1.358,53 | 1.141,18 | -53,2 | -35,98 | 1.305,33 | 1.105,20 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

07 - Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Em Serviço Societário | 1.102,17 | 1.045,83 |
| Ativo Financ. da Concessão | 1.862,38 | 1.948,81 |
| Ativo Intangível da Concessão | 3.442,02 | 3.338,21 |
| Ativo Intangível em Curso | - | - |
| Reavaliação Regulatória Compulsória | 8.748,18 | 4.703,45 |
| Sob Total | 15.154,75 | 11.036,30 |
| Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | -365,09 | -249,04 |
| Sub Total | -365,09 | -249,04 |
| Total | 14.789,66 | 10.787,27 |
| Ativo Imobilizado Societário | 1.102,17 | 1.045,83 |
| Ativo Imob. Regulatório | 15.129,57 | 10.995,39 |

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

- Ativo intangível

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços público conforme abaixo:

| | Custo | Depreciação e/ou amortização acumulada | Valor líquido | Valor Líquido |
|--------------------|-----------------|---|----------------------|----------------------|
| | | | 2017 | 2016 |
| Intangíveis | | | | |
| Em Serviço | 3.238,31 | (86,52) | 3.151,79 | 3.051,72 |
| Em curso | 290,22 | | 290,22 | 286,50 |
| TOTAL | 3.528,53 | (86,52) | 3.442,01 | 3.338,22 |

- Ativo Financeiro

Reclassificado para o Ativo Financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da Concessão do Serviço Público.

08 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2017, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

| Ativos Financeiros Setoriais - R\$/1000 | 2017 |
|--|---------------|
| CVA Ativa | - |
| Aquisição de Energia - (CVA Eng) | - |
| Custo de Energia Itaipu | - |
| Proinfa | - |
| Transporte Rede Básica | - |
| ESS | - |
| CDE | - |
| CFURH | - |
| Demais Ativos Financeiros Setoriais | 276,62 |
| Majoração PIS/Cofins | 24,85 |
| Programas Sociais Governamentais | - |
| Quota Parte Energia Nuclear | - |
| Neutralidade da Parcela A | 14,29 |
| Sobrecontratação de Energia | - |
| Diferimento de Reposição na RTP | 237,48 |
| Outros | - |
| (-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup. | - |
| Total Ativos Financeiros Setoriais | 276,62 |

| Passivos Financeiros Setoriais - R\$/1000 | 2017 |
|--|---------------|
| CVA Ativa | - |
| Aquisição de Energia - (CVA Eng) | - |
| Custo de Energia Itaipu | - |
| Proinfa | - |
| Transporte Rede Básica | - |
| ESS | - |
| CDE | - |
| CFURH | - |
| Demais Passivos Financeiros Setoriais | 176,37 |
| Majoração PIS/Cofins | - |
| Programas Sociais Governamentais | - |
| Quota Parte Energia Nuclear | - |
| Neutralidade da Parcela A | 176,34 |
| Sobrecontratação de Energia | - |
| Diferimento de Reposição na RTP | - |
| Outros | 0,03 |
| (-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup. | - |
| Total Passivos Financeiros Setoriais | 176,37 |

9 Fornecedores

| | Legislação societária | |
|--|-----------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 |
| AES Eletropaulo | - | - |
| Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica | - | - |
| Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE | 0,00 | 0,00 |
| Sub Total | 0,00 | 0,00 |
| Materiais e Serviços | 123,05 | 55,67 |
| Sub Total - Materiais e Serviços | 123,05 | 55,67 |
| Total | 123,05 | 55,67 |

10 Empréstimos e Financiamentos

| | Legislação societária | | | | |
|-------------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| | Circulante | | Longo prazo | Total | |
| | Principal | Encargos | Principal | 2017 | 2016 |
| Moeda estrangeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sub total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Moeda nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ELETOBRAS LPT | 1,18 | 0,00 | 0,00 | 1,18 | 38,00 |
| BANCOS | 11,60 | | | 11,60 | 4,21 |
| TOTAL | 12,78 | 0,00 | 0,00 | 12,78 | 42,21 |

Empréstimo de capital de giro na modalidade “conta garantida”

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

A CERIS não possui Empréstimos e Financiamentos no Longo Prazo no exercício de 2017.

Mutações de empréstimos e Financiamentos

| | Legislação societária | | | |
|--|-----------------------|--------------|-------------------|-------------|
| | Moeda nacional | | Moeda estrangeira | |
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 33,99 | 69,16 | 0,00 | 0,00 |
| Ingresso | 68,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Variação monetária e cambial | 0,00 | -33,99 | 0,00 | 0,00 |
| Transferência | 35,17 | -35,17 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização | -95,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 42,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ingresso | 154,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Variação monetária e cambial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização | -183,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 12,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016.

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 |
| Quota de Reserva Global de Reversão – RGR | 0,00 | 0,00 |
| Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC | 0,00 | 0,00 |
| Taxa de fiscalização – ANEEL | 1,16 | 2,02 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 35,74 | 42,65 |
| Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE | 61,04 | 61,04 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 18,45 | 18,45 |
| Bandeiras Tarifárias | 107,75 | 0,00 |
| Ressarcimento de Perdas do Sistema Isolado | 0,00 | 0,00 |
| Total | 224,15 | 124,16 |

Obs.: A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº. 13.280, de 3 maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos giga watts-hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 1.227 de 27/05/2015, que classificou a CERIS como agente com mercado inferior a 500GWh/ano, os valores acima listados relacionados a este item tem valor acumulado até o mês 05/2016.

12 Tributos e Contribuições Sociais – não Circulante (Longo Prazo)

A CERIS possui em seu Ativo Realizável não Circulante (longo prazo) créditos de ICMS sobre compras para ativo imobilizado em 48 avos, totalizando 77,09 (R\$/mil) em Tributos e Contribuições Sociais a Longo Prazo a recuperar.

Já no passivos não possuímos saldo devedor no Longo Prazo.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERIS no exercício de 2017 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

| Contingência | Legislação societária | | | | | |
|---------------------|-----------------------|--------------|---------------------|-------------------|-------------|---------------------|
| | 2017 | | | 2016 | | |
| | Valor da provisão | | Depósitos judiciais | Valor da provisão | | Depósitos Judiciais |
| No exercício | Acumulada | No exercício | | Acumulada | | |
| Trabalhistas | | | | | | |
| Plano Bresser | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Collor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Periculosidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cíveis | | | | | | |
| Fornecedores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consumidores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empreiteiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fiscais | | | | | | |
| Cofins | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pis/Pasep | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

- **Contingências Trabalhistas**

No encerramento dos exercícios de 2017 e 2016 não houve contingências trabalhistas a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Cíveis**

No encerramento dos exercício de 2017 não houve contingências cíveis a provisionar, conforme relatório do departamento jurídico.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2017 e 2016 não houve contingências fiscais a provisionar e nem manutenção de valores acumulados, conforme relatório do departamento jurídico.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$/Mil 4.069,59, sendo composto por 406.959.337 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

| Cotistas | Cotas | % |
|-----------------|--------------------|------------|
| Cooperados | 406.959.337 | 100 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| TOTAL | 406.959.337 | 100 |

Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Reservas de Sobras.

A composição das Reservas estão desdobrados de acordo com as tabelas abaixo:

| Reserva de Capital | 2017 | 2016 |
|--|-------------|-------------|
| Remuneração do Imobilizado em Curso até 31/12/2001 | - | - |
| Doações e Subvenções para Investimentos | - | - |
| Conta de Resultado a compensar (CRC) | - | - |
| Outras | - | - |
| Total | - | - |

| Reservas de Lucros | 2017 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|
| Reserva Legal | - | - |
| Lucros a Realizar | - | - |
| Reserva para Contingências | - | - |
| Reserva para Desenvolvimento | - | - |
| Total | - | - |

| Reservas de Sobras | 2017 | 2016 |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| Reserva Legal | 296,74 | 260,54 |
| Lucros a Realizar | - | - |
| RATES | 2.507,55 | 2.162,35 |
| Reservas Estatutárias | 4.171,03 | 4.086,24 |
| Total | 6.975,32 | 6.509,13 |

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2017 e 2016 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

OBS: A partir do Exercício de 2013 apresentam-se números diferentes entre o Patrimônio Líquido da Contabilidade Societária, o Patrimônio Líquido da Contabilidade Regulatória e o Patrimônio Líquido da Contabilidade Fiscal. Os números acima apresentados retratam a CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Nos exercícios de 2017 e 2016 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

| Receita Bruta | Nº Consumidores | | MWh Mil | | R\$ Mil | |
|---|-----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Fornecimento - Faturado | 5.690 | 5.451 | 16.094 | 15.599 | 6.520 | 5.530 |
| Residencial | 5.519 | 5.285 | 12.362 | 12.209 | 5.171 | 4.400 |
| Industrial | 83 | 1 | 45 | 262 | 19 | 108 |
| Comercial | 1 | 79 | 2.430 | 1.870 | 959 | 705 |
| Rural | 33 | 32 | 677 | 695 | 204 | 178 |
| Poder público | 21 | 22 | 158 | 159 | 66 | 60 |
| Iluminação pública | 32 | 32 | 422 | 403 | 101 | 80 |
| Serviço público | 1 | | 1 | | 0,16 | |
| Suprimento Faturado | | | | | | |
| Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado | - | - | - | - | - | - |
| Consumidores Cativos | | | | | | |
| Consumidores Livres | | | | | | |
| Encargos de conexão de agentes de geração | | | | | | |
| Permissionárias | | | | | | |
| Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado | | | | | | |
| (-) Transferências | - | - | - | - | - | - |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda | | | | | | |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos | | | | | | |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias | | | | | | |
| Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado | | | | | | |
| Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva | | | | | | |
| Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução | | | | | | |
| Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat. | | | | | | |
| Serviços Cobráveis | | | | | | |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | | | | | | |
| Total | 5.690 | 5.451 | 16.094 | 15.599 | 6.520 | 5.530 |

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2017 e 2016 a CERIS não efetuou operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

| | 2017 | | 2016 | |
|-----------------|------------------|-----------------|------------------|---------------|
| | MWh | R\$ mil | MWh | R\$ mil |
| AES ELETROPAULO | 19.562 | 1.809,41 | 18.405 | 529,49 |
| PROINFA | 481 | 125,47 | 292 | 92,27 |
| Total | 20.043,10 | 1.934,88 | 18.696,91 | 621,76 |

20 Despesas Operacionais

| Pessoal e Administradores | 2017 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Pessoal | 3.150 | 2.906 |
| Remuneração | 1.900 | 1.561 |
| Encargos | 641 | 621 |
| Previdência privada | - | - |
| Previdência - Fundação - Mantenedora | - | - |
| Previdência - Déficit ou superávit atuarial | - | - |
| Assistência médica | 171 | 155 |
| Programa de demissão voluntária | - | - |
| Despesas rescisórias | 92 | 36 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | - | - |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Outros | 347 | 532 |
| Administradores | 248 | 207 |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 248 | 207 |
| Benefícios dos administradores | | |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | | |
| Total | 3.399 | 3.113 |

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 subitem 2D do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

| | Legislação societária | | | | | | |
|--|-----------------------|-------------|-------------|-------------|--|-------------|-------------|
| | Geração | Transmis. | Distrib. | Comerc. | Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 2017 | 2016 |
| Encargos financeiros totais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Líquido apropriado no exercício | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Efeitos inflacionários e cambiais totais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Líquido apropriado no exercício | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

| | Legislação societária | |
|--|-----------------------|---------------|
| | 2017 | 2016 |
| Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 913,73 | 518,93 |
| Ajustes ICPCs | (177,36) | (110,36) |
| Lucro ajustado | 736,37 | 408,57 |
| Ajuste LALUR | (539,35) | (167,16) |
| Base de Calculo Fiscal | 197,02 | 241,41 |
| Imposto de renda, adicional e contrib. social calculados (15%, 10% e 9%) | 47,29 | 58,08 |
| Efeitos Fiscais Sobre: | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos resultados | 0,00 | 0,00 |
| Juros sobre o capital próprio | 0,00 | 0,00 |
| Incentivos fiscais | 0,00 | 0,00 |
| Encargos capitalizados | 0,00 | 0,00 |
| Compensação da CSLL com a COFINS | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado | 47,29 | 58,08 |

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2017

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Assistência Médica, Cesta básica e Vale Alimentação na ordem de R\$ 480,44 (R\$/Mil). Não houve implantação de plano previdenciário.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2017 e 2016.

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros nos exercícios contábeis de 2017 e 2016.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, nos exercícios de 2017 e 2016.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

| Riscos | Data da vigência | Importância segurada | Prêmio |
|-------------------------|-------------------------|-----------------------------|---------------|
| Veículos | 2017 a 2018 | 775,00 | 34,48 |
| Seguro de Vida em Grupo | 2017 a 2018 | 4.493,58 | 32,42 |
| Sede - Administrativa | 2017 a 2018 | 1.370,00 | 3,76 |

Equipamentos nomeados – Nas apólices contratadas Auto Frota, foram segurados 12 veículos, sendo todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte, Invalidez e danos morais.

Na apólice do Banco Itaú (Prudential) Seguros de Vida em grupo, contratamos as seguintes coberturas:

Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, e indenização especial por morte acidental, morte cônjuge e auxílio funeral.

29. Eventos Subsequentes

Ao final do exercício de 2017, não identificamos nenhuma ocorrência fiscal, regulatória ou administrativa que possa afetar a continuidade desta permissionária nos próximos exercícios.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2017, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra. – CERIS promoveu a valorização e capacitação de seus colaboradores proporcionando-lhes palestras, cursos e seminários, sempre considerando a peculiaridade de cada função exercida. Foram realizados Cursos de Reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10 e 35 e, conforme Portaria nº 598/2004. Também concedeu mensalmente o benefício auxílio-alimentação através do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Manteve, ainda, convênios com Planos de Saúde.

Responsabilidade Social:

A CERIS contribui sempre que solicitado com os eventos culturais desenvolvidos pelo poder municipal, Igreja, Escolas, tais como: Festas Juninas, corrida de São Silvestre, datas comemorativas (dia das mães, natal). Temos como propósito, auxiliar as comunidades abrangidas pela nossa área de permissão através de patrocínios, inclusive disponibilizando a nossa infraestrutura.

CIPA CERIS:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CERIS desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção, devida identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como na divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais no escritório da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CERIS e demais envolvidos no processo.

Educação:

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra. – CERIS reembolsa aos colaboradores sempre que solicitado, 50% da mensalidade paga para cursos de ensino superior, ligados à atividade da Empresa e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

| Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra | | | | | | |
|---|-----------------|----------------|---------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| CNPJ: 57.384.943/0001-82 | | | | | | |
| Demonstração do Balanço Social - 2017 e 2016 | | | | | | |
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | | | | |
| | 2017 | | | 2016 | | |
| | R\$ mil | | | R\$ mil | | |
| 1 - Base de cálculo | | | | | | |
| Receita Líquida (RL) | | | 7.021,81 | | | 5.396,67 |
| Lucro Operacional (LO) | | | 353,70 | | | 325,66 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | | | 3.399,24 | | | 3.112,88 |
| | | | % sobre | | | % sobre |
| 2 - Indicadores sociais internos | R\$ mil | FPB | RL | R\$ mil | FPB | RL |
| Alimentação - Auxílio alimentação e outros | 281,21 | 8,27% | 4,00% | 268,09 | 8,61% | 4,97% |
| Encargos sociais compulsórios | 537,15 | 15,80% | 7,65% | 621,45 | 19,96% | 11,52% |
| Entidade de previdência privada | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios | 170,60 | 5,02% | 2,43% | 155,22 | 4,99% | 2,88% |
| Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Educação - Auxílio educação | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 15,49 | 0,46% | 0,22% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Auxílio creche | 8,79 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Participação nos resultados | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Vale-transporte - excedente | 8,79 | 0,26% | 0,13% | 5,76 | 0,18% | 0,11% |
| Outros Benefícios | 60,75 | 1,79% | 0,87% | 97,143 | 3,12% | 1,80% |
| Total | 1.073,99 | 31,60% | 15,30% | 1.147,66 | 36,87% | 21,27% |
| | | | % sobre | | | % sobre |
| 3 - Indicadores sociais externos | R\$ mil | LO | RL | R\$ mil | LO | RL |
| Educação - Programa Luz das Letras | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Cultura | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Habitação - Reassentamento de famílias | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte e lazer | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Doações e contribuições | 21,82 | 6,17% | 0,31% | 21,22 | 6,52% | 0,39% |
| Total de contribuições para a sociedade | 21,82 | 6,17% | 0,31% | 21,22 | 6,52% | 0,39% |
| Tributos - excluídos encargos sociais | 1.834,08 | 518,54% | 26,12% | 1.646,29 | 505,52% | 30,51% |
| Total | 1.855,90 | 524,71% | 26,43% | 1.667,51 | 512,04% | 30,90% |
| | | | % sobre | | | % sobre |
| 4 - Indicadores ambientais | R\$ mil | LO | RL | R\$ mil | LO | RL |
| Desapropriações de terras | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Estação ecológica - Fauna / Flora | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Relacionamento com a operação da empresa | | | | | | |
| Programa Social de Eletricidade Rural | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Rede Compacta ou Linha Verde | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Programa de Eletrificação para População Carente | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Museu Ecológico | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Universidade Livre do Meio Ambiente | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Programas especiais / Projetos externos | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Total | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| | | | | | | |
| 5 - Indicadores do corpo funcional | | | | | 2017 | 2016 |
| | | | | | em unidades | em unidades |
| Empregados no final do período | | | | | 42 | 43 |
| Escolaridade dos empregados | | | | | | |
| Superior e extensão universitária | | | | | 3 | 3 |
| Ensino médio | | | | | 21 | 20 |
| Ensino fundamental | | | | | 18 | 20 |
| Faixa etária dos empregados | | | | | | |
| Abaixo de 30 anos | | | | | 10 | 7 |
| De 30 até 45 anos (exclusive) | | | | | 14 | 21 |
| Acima de 45 anos | | | | | 18 | 15 |
| Admissões durante o período | | | | | 0 | 0 |
| Mulheres que trabalham na empresa | | | | | 5 | 5 |
| % de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres | | | | | 40,00% | 40,00% |
| % de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes | | | | | 66,67% | 66,67% |
| Negros que trabalham na empresa | | | | | 4 | 4 |
| % de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros | | | | | 25,00% | 25,00% |
| % de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes | | | | | 33,33% | 33,33% |
| Portadores de deficiência física | | | | | 0 | 0 |
| Dependentes | | | | | 63 | 69 |
| Estagiários | | | | | 0 | 0 |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | | | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | | | | | 7,81 | 6,09 |
| Maior remuneração | | | | | 7,65 | 7,20 |
| Menor remuneração | | | | | 0,98 | 1,18 |
| Acidentes de trabalho | | | | | 2 | 2 |

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, sendo que, ao término do exercício, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 9.731,07 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 22,20% que foi de R\$ 7.963,43 (R\$/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2017, foi de 5.690, já em 2016 foi de 5.451 ocasionando um aumento de 4,38% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal e Administração do exercício de 2017 importou em R\$ 3.399,00 (R\$/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 3.112,89 (R\$/mil), ocasionado um aumento de 9,19% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas – As demais despesas Administrativas no exercício de 2017, foi de R\$ 1.358,33 (R\$/mil), inferior em 10,84% à do ano anterior que foi de R\$ 1.523,44 (R\$/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2017, importou em R\$ 382,67 (R\$/mil), enquanto que, no exercício de 2016, houve um Resultado Financeiro R\$ 82,91 (R\$/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

| Coeficientes | Fórmula | Unidade | 2017 |
|---------------------------------------|--------------------------------------|---------|----------|
| 1. Liquidez | | | |
| Corrente ou Comum | AC - PC | R\$ | 4.522,28 |
| Seca | (AC - E) / PC | R\$ | 4,84 |
| Absoluta | AD / PC | R\$ | 2,92 |
| Geral | (AC + RLP) / (PC + ELP) | R\$ | 5,47 |
| 2. Lucratividade | | | |
| Bruta s/ Vendas | (LB / VB) x 100 | % | 3,47 |
| Operacional s/ Vendas | (LO / VB) x 100 | % | 3,47 |
| Líquida s/ Vendas | (LL / VB) x 100 | % | 6,77 |
| Líquida s/ Capital | (LL / CS) x 100 | % | 16,93 |
| Líquida s/ Patrimônio Líquido | (LL / PL) x 100 | % | 6,08 |
| 3. Rentabilidade | | | |
| Retorno Líquido s/ Investimentos | (LL / AT) x 100 | % | 5,36 |
| 4. Endividamento | | | |
| Recursos de Terceiros no Investimento | $[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$ | % | 11,82 |
| Recursos Próprios no Investimento | $[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$ | % | 88,18 |
| 5. Investimentos | | | |
| Capital Fixo Aplicado | (AP / AT) x 100 | % | 35,35 |
| Capital de Risco Aplicado | $[(AC + RLP) / AT] \times 100$ | % | 64,65 |
| 6. Garantias | | | |
| Reais s/ Capital | (IM / CS) x 100 | % | 27,08 |
| Totais s/ Capital | (AP / CS) x 100 | % | 111,66 |
| 7. Capital de Giro Próprio | | | |
| Capital de Giro | (AC - PC) / 1.000 | R\$ | 4,52 |

Valores Expressos em (R\$/mil)

*** Dados Básicos e Siglas para Análise Acima**

| | | |
|------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| AC = Ativo Circulante | PC = Passivo Circulante | LB = Lucro bruto |
| AD = Ativo Disponível | ELP = Exigível a Longo Prazo | LO = Lucro Operacional |
| E = Estoque | REF = Result. Exerc. Futuros | LL = Lucro Líquido |
| RLP = Realizável a Longo Prozo | PL = Patrimônio Líquido | DEP = Desp. Equiv. Patrimônial |
| AP = Ativo Permanente | CS = Capital Integralizado | REP = Receita Equiv. Patrimônial |
| AT = Ativo Total | ADC = Adto. p/Aumento de Capital | DD = Despesas Depreciação |
| IM = Terrenos, Edificações e Obras | VB = Vendas Brutas | CMB = Correção Monet. Balanço |

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos e Débitos Fiscais

A CERIS possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro abaixo e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

| Período Aquisição | Histórico | Curto Prazo | Longo Prazo | Total |
|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|---------------|
| 2013 a 2017 | ICMS Imobilizado 1/48 | 47,55 | 77,09 | 124,64 |
| Exercício de 2017 | ICMS | 97,65 | 0,00 | 97,65 |
| Exercício de 2017 | IRRF Sob Aplic Financeira | 64,97 | 0,00 | 64,97 |
| TOTAIS | | 210,17 | 77,09 | 287,26 |

A CERIS não possui débitos fiscais com Receita Federal.

Legislação societária

| | Curto prazo | Longo prazo | Total |
|---------------------------|-------------|-------------|-------|
| Parcelamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total parcelamento | - | - | - |

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

Em 31/12/2017, bem como em 31/12/2016, a CERIS não possuía nenhum passivo ambiental em Curso. Informamos, também, que, embora nosso atendimento seja quase totalmente na zona Rural, quando necessário realizar poda de árvores ao longo de nossas redes, instruímos nossos colaboradores a realiza-la com consciência ecológica, visando à segurança da rede associada aos cuidados da natureza.

34 Energia Livre

A CERIS está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a AES ELETROPAULO, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS Sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Devido que na RTP 2012 houve a formação de uma Bolha Financeira que deveria ser compensada/amortizada até o 2º Ciclo de Revisão e este ter sido adiando de 2016 para 2017, gerando nova bolha financeira positiva em favor da Permissionária, após compensação apurou-se um saldo de fechamento em 31/12/2017 de R\$ 237,48.

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de julho/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologatória No. 2101/2016/ANEEL.

Em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017. O índice de reposicionamento foi de 7,94%. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 12,05 sobre a energia injetada.

38 Ganhos Contingentes

A CERIS não possuiu Ganhos Contingentes neste exercício e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.537/2013 de 18/06/2013, se atualizados pelo IPCA nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

| 2017 | 0 | 2,10% |
|---|----------------------|----------------------|
| | RTP 2016 | IRT 2017 |
| (1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição) | 22.687.122,17 | 23.163.551,74 |
| (2) Obrigações Especiais Bruta | 0,00 | - |
| (3) Bens Totalmente Depreciados | 1.100.511,19 | 1.123.621,93 |
| (4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3) | 21.586.610,98 | 22.039.929,81 |
| (5) Depreciação Acumulada | 9.201.164,23 | 9.394.388,68 |
| (6) Valor da Base de Remuneração (VBR) | 13.485.957,94 | 13.769.163,05 |
| (7) Obrigações Especiais Líquida | 0,00 | - |
| (8) Terrenos e Servidões | 0,00 | 0,00 |
| (9) Almojarifado em Operação | 68.061,37 | 69.490,66 |
| (10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9) | 13.554.019,30 | 13.838.653,71 |
| (11) Taxa de Depreciação | 4% | 4% |
| (12) Quota de Reintegração Regulatória | 510.986,53 | 521.717,24 |
| (13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC | 863.464,44 | 881.597,19 |

Obs. O índice utilizado para correção foi o IPCA acumulado publicado nos IRT's de cada Período excluindo-se o fator “X”.

40 Reajuste Tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.266, de 04 de julho de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição resultantes do processo de reajuste tarifário de 2017, cujo reajuste médio foi de -2,64%, correspondendo a um efeito médio percebido pelos consumidores.

41 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

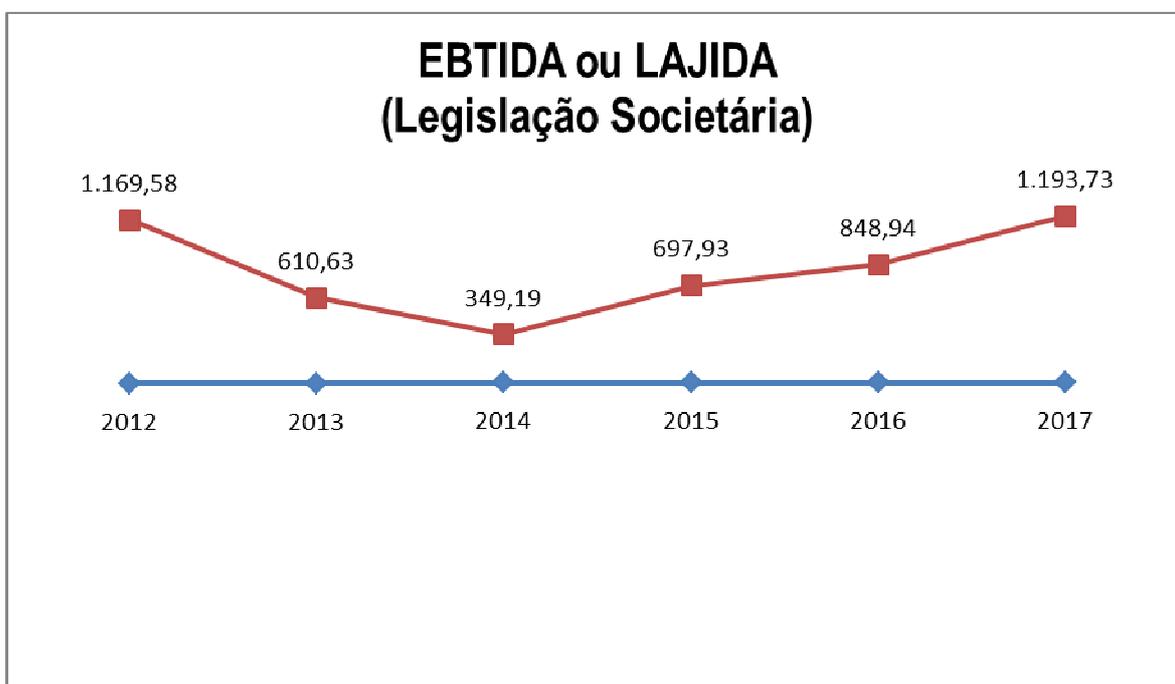
Nos exercícios de 2017 e 2016 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERIS vinculados ao Serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme

determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, a partir de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, valor esse estornado nas Demonstrações Societárias.

42 Conciliação do índice do EBITDA/LAJIDA

A fim de possibilitar a reconciliação do Lucro Líquido com o LAJIDA, apresentamos a tabela a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|---|-----------------|---------------|
| Lucro/Prejuízo Líquido | 689,08 | 350,49 |
| Juros sobre Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro) | 47,29 | 58,08 |
| Depreciação e Amortização | 457,36 | 440,37 |
| | 1.193,73 | 848,94 |



Conforme Artigo nº 10 da Instrução Normativa nº 1.397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

| BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017 | | | | | | |
|---|------|------------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Descrição | Nota | Regulatório | Ajustes REG/SOC | Societário | Ajustes SOC/FIS | Fiscal |
| Ativos | | | | | | |
| Ativo circulante | | 5.675,98 | - | 5.675,98 | - | 5.675,98 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 3.371,90 | - | 3.371,90 | - | 3.371,90 |
| Consumidores | 14.1 | 1.305,33 | - | 1.305,33 | - | 1.305,33 |
| Concessionárias e permissionárias | | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | | 99,00 | - | 99,00 | - | 99,00 |
| Tributos compensáveis | | 210,16 | - | 210,16 | - | 210,16 |
| Depósitos judiciais e cauções | | - | - | - | - | - |
| Almoarifado operacional | | 91,29 | - | 91,29 | - | 91,29 |
| Investimentos temporários | | - | - | - | - | - |
| Empréstimos | | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | 14.2 | 276,61 | - | 276,61 | - | 276,61 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 23,86 | - | 23,86 | - | 23,86 |
| Ativos de operação descontinuada e bens de | 14.3 | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes | | 297,83 | - | 297,83 | - | 297,83 |
| Ativo não circulante | | 15.925,48 | (8.748,17) | 7.177,30 | - | 7.177,30 |
| Consumidores | | | - | - | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | | | - | - | - | - |
| Serviços em curso | | | - | - | - | - |
| Tributos compensáveis | | 77,09 | - | 77,09 | - | 77,09 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 11,85 | - | 11,85 | - | 11,85 |
| Investimentos temporários | | 681,80 | - | 681,80 | - | 681,80 |
| Empréstimos | | | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | | | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | 14.1 | | 1.862,38 | 1.862,38 | (1.862,38) | (0,00) |
| Despesas pagas antecipadamente | | | - | - | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | | | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | - | - | - | - |
| Outros ativos não circulantes | | | - | - | - | - |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | | - | - | - | - |
| Imobilizado | 14.4 | 15.129,57 | (14.027,40) | 1.102,17 | 5.279,23 | 6.381,40 |
| Intangível | 14.5 | 25,17 | 3.416,85 | 3.442,02 | (3.416,85) | 25,17 |
| Total do ativo | | 21.601,46 | (8.748,17) | 12.853,29 | - | 12.853,29 |

| Passivo | | | | | | |
|---|------|------------------|-------------------|------------------|----------|------------------|
| Passivo circulante | | 1.153,69 | - | 1.153,69 | - | 1.153,69 |
| Fornecedores | | 123,05 | - | 123,05 | - | 123,05 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 12,78 | - | 12,78 | - | 12,78 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 166,33 | - | 166,33 | - | 166,33 |
| Benefício pós-emprego | | - | - | - | - | - |
| Tributos | | 314,51 | - | 314,51 | - | 314,51 |
| Provisão para litígios | | - | - | - | - | - |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | | - | - | - | - | - |
| Encargos setoriais | | 224,15 | - | 224,15 | - | 224,15 |
| Provisão para descomissionamento | | - | - | - | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 14.1 | 176,36 | - | 176,36 | - | 176,36 |
| Provisão para uso do bem público | | - | - | - | - | - |
| Passivos de operações descontinuadas | | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - |
| Obrigações com associados | | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes | | 136,51 | - | 136,51 | - | 136,51 |
| Passivo não circulante | | 365,09 | - | 365,09 | - | 365,09 |
| Fornecedores | | - | - | - | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | - | - | - | - | - |
| Benefício pós-emprego | | - | - | - | - | - |
| Tributos | | - | - | - | - | - |
| Provisão para litígios | | - | - | - | - | - |
| Encargos setoriais | | - | - | - | - | - |
| Provisão para descomissionamento | | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | | - | - | - | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 14.1 | - | - | - | - | - |
| Provisão para uso do bem público | | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - |
| Obrigações com associados | | - | - | - | - | - |
| Outros passivos não circulantes | | - | - | - | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de E | | 365,09 | - | 365,09 | - | 365,09 |
| Total do passivo | | 1.518,78 | - | 1.518,78 | - | 1.518,78 |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | | 4.069,59 | - | 4.069,59 | - | 4.069,59 |
| Reservas de capital | | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | | 8.748,18 | (8.748,18) | (0,00) | - | (0,00) |
| Reservas de lucros | | - | - | - | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | | - | - | - | - | - |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | - | - | - | - | - |
| (-) Ações Próprias em Tesouraria | | - | - | - | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | | - | - | - | - | - |
| Participação de Não Controladores | | - | - | - | - | - |
| Reserva de sobras | | 6.975,32 | - | 6.975,32 | - | 6.975,32 |
| Sobras à disposição da Assembleia | | 289,59 | - | 289,59 | - | 289,59 |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | | - | - | - | - | - |
| Participação de não controladores | | - | - | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido | | 20.082,68 | (8.748,18) | 11.334,50 | - | 11.334,50 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 21.601,46 | (8.748,18) | 12.853,29 | - | 12.853,28 |

| DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2017 | | | | | | |
|---|------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Nota | Regulatório | Ajustes REG/SOC | Societário | Ajustes SOC/FIS | Fiscal |
| Operações em continuidade | | | | | | |
| Receita / Ingresso | | 9.731,07 | - | 9.731,07 | - | 9.731,07 |
| Fornecimento de energia elétrica | | 2.971,13 | - | 2.971,13 | - | 2.971,13 |
| (-) Transferências | | | - | - | - | - |
| Suprimento de energia elétrica | | | - | - | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | | | - | - | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 5.356,84 | - | 5.356,84 | - | 5.356,84 |
| Ativos e Passivos Financeiros Setoriais | | 79,14 | - | 79,14 | - | 79,14 |
| Serviços cobráveis | | 11,59 | - | 11,59 | - | 11,59 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | | | - | - | - | - |
| Outras receitas vinculadas | | 1.312,37 | - | 1.312,37 | - | 1.312,37 |
| Tributos | | (1.834,08) | - | (1.834,08) | - | (1.834,08) |
| ICMS | | (1.633,41) | - | (1.633,41) | - | (1.633,41) |
| PIS-PASEP | | (34,67) | - | (34,67) | - | (34,67) |
| Cofins | | (160,02) | - | (160,02) | - | (160,02) |
| ISS | | (5,98) | - | (5,98) | - | (5,98) |
| Encargos - Parcela "A" | | (875,18) | - | (875,18) | - | (875,18) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (10,21) | - | (10,21) | - | (10,21) |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | (477,27) | - | (477,27) | - | (477,27) |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | | (10,21) | - | (10,21) | - | (10,21) |
| Taxa de fiscalização | | (19,05) | - | (19,05) | - | (19,05) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | | - | - | - | - |
| Outros encargos | | (358,44) | - | (358,44) | - | (358,44) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | 7.021,81 | - | 7.021,81 | - | 7.021,81 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | | (1.910,54) | - | (1.910,54) | - | (1.910,54) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (1.910,54) | - | (1.910,54) | - | (1.910,54) |
| Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa | | | - | - | - | - |
| Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição | | | - | - | - | - |
| Encargos e Demais Despesas Setoriais | | | - | - | - | - |
| Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis | | | - | - | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | 5.111,27 | - | 5.111,27 | - | 5.111,27 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | | (5.207,46) | 449,89 | (4.757,57) | - | (4.757,57) |
| Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores) | | (3.399,24) | - | (3.399,24) | - | (3.399,24) |
| Material | | (228,07) | - | (228,07) | - | (228,07) |
| Serviços de terceiros | | (533,31) | - | (533,31) | - | (533,31) |
| Arrendamento e aluguéis | | (159,75) | - | (159,75) | - | (159,75) |
| Seguros | | (43,86) | - | (43,86) | - | (43,86) |
| Doações, contribuições e subvenções | | (21,82) | - | (21,82) | - | (21,82) |
| Provisões | | (55,01) | - | (55,01) | - | (55,01) |
| Recuperação de despesas | | 1,83 | - | 1,83 | - | 1,83 |
| Tributos | | (27,87) | - | (27,87) | - | (27,87) |
| Depreciação e amortização | | (907,25) | 449,89 | (457,36) | - | (457,36) |
| Gastos diversos da atividade vinculada | | (2,02) | - | (2,02) | - | (2,02) |
| Outras Receitas Operacionais | | 245,27 | - | 245,27 | - | 245,27 |
| Outras Gastos Operacionais | | (76,36) | - | (76,36) | - | (76,36) |
| Resultado da Atividade | | (96,19) | 449,89 | 353,70 | - | 353,70 |

| | | | | | | |
|--|--|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Equivalência patrimonial | | - | - | - | - | - |
| Resultado Financeiro | | 382,67 | - | 382,67 | - | 382,67 |
| Despesas financeiras | | (134,55) | - | (134,55) | - | (134,55) |
| Receitas financeiras | | 517,22 | - | 517,22 | - | 517,22 |
| Resultados com atos Cooperados | | - | - | - | (361,99) | (361,99) |
| Sobras com atos cooperados | | | | - | (361,99) | (361,99) |
| Comp. Prejuízos Exercício Anteriores | | - | - | - | - | - |
| Prejuízos exercícios Anteriores | | | | - | - | - |
| Lucro antes dos impostos sobre o lucro | | 286,48 | 449,89 | 736,37 | (361,99) | 374,38 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | | (47,29) | - | (47,29) | - | (47,29) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | | 239,19 | 449,89 | 689,08 | (361,99) | 327,09 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2017 | | | | | | | | | |
|---|-----------------|---------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------|--|--|------------------|
| | Capital Social | Reservas de capital | Outros Resultados Abrangentes | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Reservas de Sobras | Sobras/Perdas a disposição da Assembleia | Recursos destinados a aumento de capital | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 4.065,61 | (317,03) | 4.703,45 | - | - | 6.509,14 | 383,71 | - | 15.344,88 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de Capital Social | 3,98 | - | - | - | - | - | - | - | 3,98 |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 327,10 | - | 361,98 | - | 689,08 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | (66,67) | - | (66,67) |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | 36,20 | (36,20) | - | - |
| FATES | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RATES | - | - | - | - | (327,10) | 345,20 | (18,10) | - | (0,00) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para Fundos de Investimentos | - | - | - | - | - | 84,77 | (18,10) | - | 66,67 |
| Reserva para Equalização | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Resultados abrangentes | - | - | 4.044,73 | - | - | - | - | - | 4.044,73 |
| Efeitos IFRS | - | 317,03 | - | - | - | - | (317,03) | - | - |
| Efeitos Fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 4.069,59 | - | 8.748,18 | - | - | 6.975,31 | 289,59 | - | 20.082,67 |

44 Quotas da CDE Repassadas as Distribuidoras e Reembolsadas pela ELETROBRAS

Conforme programa governamental implantado após a edição da Lei 12.839/2013 que incorporou os termos da MPV nº 605/2013 e publicação da RTE, a CERIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2017 o saldo de (262,45) (R\$/mil).

| | SALDO ANTERIOR | REALIZADO | RECEBIDO | A RECEBER |
|--|----------------|-----------------|-------------------|----------------|
| SUBVENÇÃO CDE - DMR - BAIXA RENDA (TSEE) | 5,64 | 22,01 | (21,14) | 6,51 |
| SUBVENÇÃO CDE - TARIFA DE EQUILIBRIO | 1,47 | - | - | 1,47 |
| SUBVENÇÃO CDE DENSIDADE - PARCELA B | - | 1.208,42 | (956,32) | 252,10 |
| SUBSÍDIO REGULATÓRIO RURAL ATIVO | - | 81,94 | (79,57) | 2,37 |
| SUBSÍDIO REGULATÓRIO RURAL ATIVO | (33,40) | - | - | (33,40) |
| TOTAL | (26,29) | 1.312,37 | (1.057,03) | 229,05 |

O valor acima se encontra contabilizado da seguinte forma:

Subsidio a Receber – AtivoR\$ 262,45

Subsidio Recebido a maior – PassivoR\$ (33,40)

TOTAL LIQUIDOR\$ 229,05

45 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 17/03/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

LAURINDO PEREIRA PINTO

Presidente

JOÃO KOGA

Vice-Presidente

ROSALINA DE A. MARIA

Secretária

REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA

Contador

CRC 1SP198857/O-2

Parecer do Conselho Fiscal Societário



CERIS

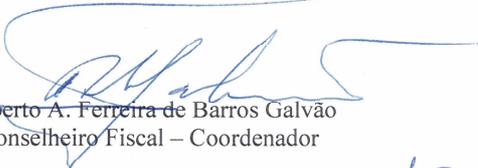
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE
ITAPECERICA DA SERRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEÇERICA DA SERRA - CERIS, pelos seus membros representantes do Conselho Fiscal, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2017 para os fins previstos no Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem as Demonstrações Contábeis, constatou-se que:

- 1) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- 2) As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa e estão devidamente documentadas;
- 3) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
- 4) O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
- 5) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
- 6) Que os resultados com Atos Cooperados, que apresentaram Sobras no valor de 289.591,10 (duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e um reais e dez centavos), encontra-se registrada na conta contábil de Reservas a Disposição da AGO para deliberação;
- 7) Que os resultados com Atos não Cooperados, que apresentou um lucro no valor de R\$ 327.097,04 (Trezentos e vinte e sete mil, noventa e sete reais e quatro centavos), foram devidamente transferidos para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme determina a Lei 5764/71 e a NBC T 10.8;
- 8) Dado o exposto, e com suporte do Relatório dos Auditores Independentes, que afirma estarem as Demonstrações Contábeis e Financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil, recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício findo de 2017, pela Assembleia Geral Ordinária, e que as sobras apuradas sejam pela AGO, destinadas para reaplicação na própria Cooperativa, visando à melhoria dos serviços, no que diz respeito à qualidade e confiabilidade na distribuição de energia elétrica a seus Cooperados e Consumidores.

São Lourenço da Serra, 28 de fevereiro de 2018.


Roberto A. Ferreira de Barros Galvão
Conselheiro Fiscal – Coordenador


Rodrigo Antonio Barbosa
Conselheiro Fiscal - Titular


João de Lima Neto
Conselheiro Fiscal - Titular

Avenida Evaristo Delfino Pinto nº 120 – Centro - CEP: 06890-000 - São Lourenço da Serra – SP

Fone / Fax: 4687-1122

CNPJ: (MF) 57.384.943/0001-82 - IE: 772.001.301.111

Parecer dos Auditores Independentes Societário



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

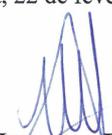
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 22 de fevereiro de 2018.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE
ITAPECERICA DA SERRA – CERIS**

Relatório Anual Regulatório 2017

São Lourenço da Serra, abril de 2018

Senhoras e Senhores Cooperados Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Vale salientar que os números aqui apresentados, foram apurados de acordo com os procedimentos determinados pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, divergindo, em algumas situações, dos números apresentados no Relatório da Administração e Balanço Societário.

Carta do Presidente

Ao término do meu primeiro mandato de quatro anos, tenho o sentimento e a certeza do dever cumprido. Transformamos a CERIS em uma Permissionária que se ajustou dentro das normas e regras da ANEEL, modernizou-se em todos os sentidos, tecnologicamente, operacionalmente, comercialmente, inclusive renovando a frota de veículos, tudo com recursos próprios, sem usar financiamento de terceiros e deixando um saldo em caixa para o ano de 2018, superior ao valor recebido no início do nosso mandato. Hoje a CERIS é uma das melhores empresas do Município de São Lourenço da Serra e da região, estando 100% em dia com suas responsabilidades social, fiscal e ambiental. Foi e está sendo uma administração austera e responsável, com a participação da Diretoria, dando destaque ao meu Vice Sr. Sydney Birochi e principalmente com a participação de todos os funcionários de cada área se envolvendo com os problemas e dando sugestões para a solução dos mesmos para atingirmos as metas estabelecidas sem desperdícios de tempo e dinheiro.

Em Dezembro de 2013 tínhamos 4.961 ligações entre residencial, comercial, industrial, rural e poderes públicos e terminamos em Dezembro de 2017 com 5.690 ligações (14,7%) a mais e, no mesmo período, com 452 quilômetros de redes primárias e secundárias com 49 funcionários e terminamos o ano de 2017 com 476,4 quilômetros de redes (5,4%) a mais e com 42 (quarenta e dois) funcionários.

Agradeço mais uma vez a todos os funcionários e os diretores inclusive do conselho fiscal que me acompanharam neste meu primeiro mandato e lembrar a todos os cooperados que o sucesso ou fracasso da CERIS depende da decisão e atitudes que tomamos hoje.

Somos responsáveis por tudo que fazemos, e também pelas coisas que deixamos de fazer.

Obrigado

Grato,

João Batista Schupp

Presidente

Carta do Contador

Muitos, devido a Contabilidade apresentar em seus relatórios, essencialmente números, a veem como uma área meramente matemática e que registra fatos ocorridos.

Entendo que a área Contábil de uma empresa mais que números, apresenta resultados que se bem analisados, podem não apenas registrar fatos, mas sim auxiliar na tomada de decisões que geram fatos futuros, fatos estes que influenciarão na sociedade que está em torno da empresa.

Dito isto, é com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Contábil Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeperica da Serra- CERIS informo aos Senhores Cooperados, Usuários e Sociedade em geral a conclusão do exercício de 2017.

Destaco que, no intuito de manter em dia todas as informações relacionadas à saúde financeira da CERIS, todas as obrigações acessórias, sejam elas: Federais, Estaduais, Municipais e àquelas enviadas à ANEEL, como BMP - Balancete Mensal Padronizado, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, PAC - Prestação Anual de Contas, estão todas em dia. Tanto que todas as CND – Certidões Negativas de Débitos expedidas pelos órgãos fiscalizadores estão devidamente em dia.

Por fim apresentamos a seguir as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal desta Cooperativa Permissionária do exercício de 2017, de modo a facilitar e dar todas as condições na tomada de decisões que, como dito inicialmente, influenciará na vida da sociedade como todo.

Agradeço primeiramente a DEUS, e a todos que de alguma forma colaboraram com o Departamento Contábil para que pudesse ao final do exercício de 2017, apresentar de forma correta a evolução patrimonial da CERIS.

São Lourenço da Serra - SP

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

CRC: 1SP198857/O-2

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de quatro décadas e meia de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 5.690 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2017, 307 novas ligações, sendo 302 Residenciais, 4 Comercial e 1 Serviço Público totalizando 5.690 consumidores atendidos.
- Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A e participação do Programa Governamental PROINFA.

Número de Consumidores

| Consumidores | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Residencial | 4.799 | 4.988 | 5.141 | 5.285 | 5.519 |
| Comercial | 75 | 81 | 83 | 79 | 83 |
| Industrial | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Rural | 38 | 36 | 36 | 32 | 33 |
| Poderes Públicos | 22 | 22 | 22 | 22 | 21 |
| Iluminação Pública | 26 | 31 | 30 | 32 | 32 |
| Serviço Público | - | - | - | - | 1 |
| Total | 4.961 | 5.159 | 5.313 | 5.451 | 5.690 |
| Variação | 2,97% | 3,99% | 2,99% | 2,60% | 4,38% |

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra, no ano 2017, foi de 16,094 Giga, tendo apresentado um aumento de 1,09% em relação a 2016, devido às diminuições dos consumos das classes Residencial, Industrial e Poderes Públicos.

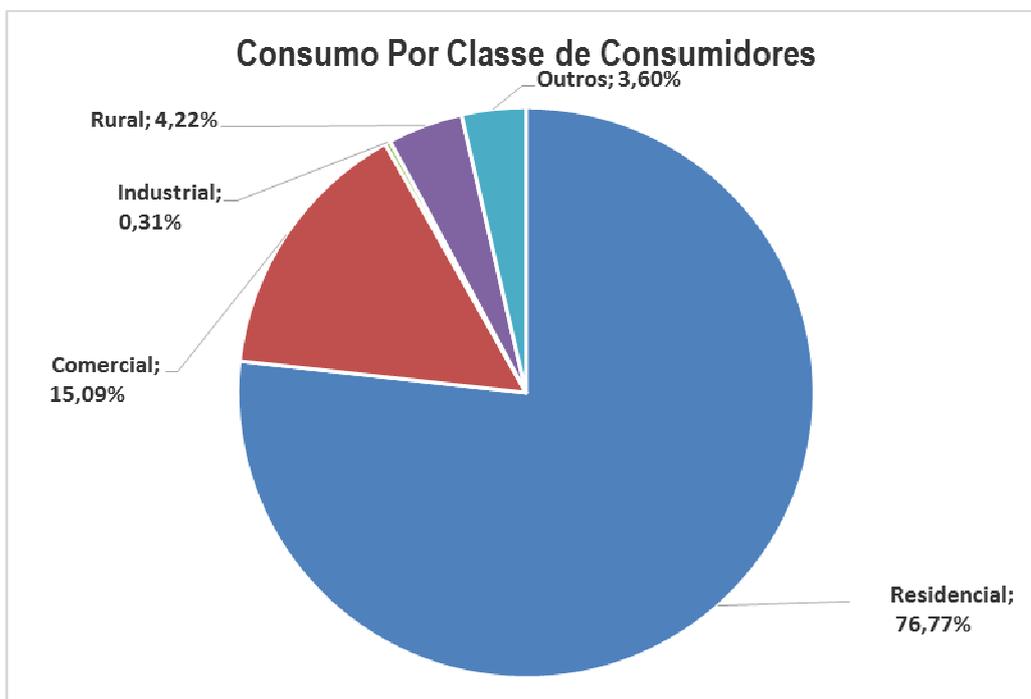
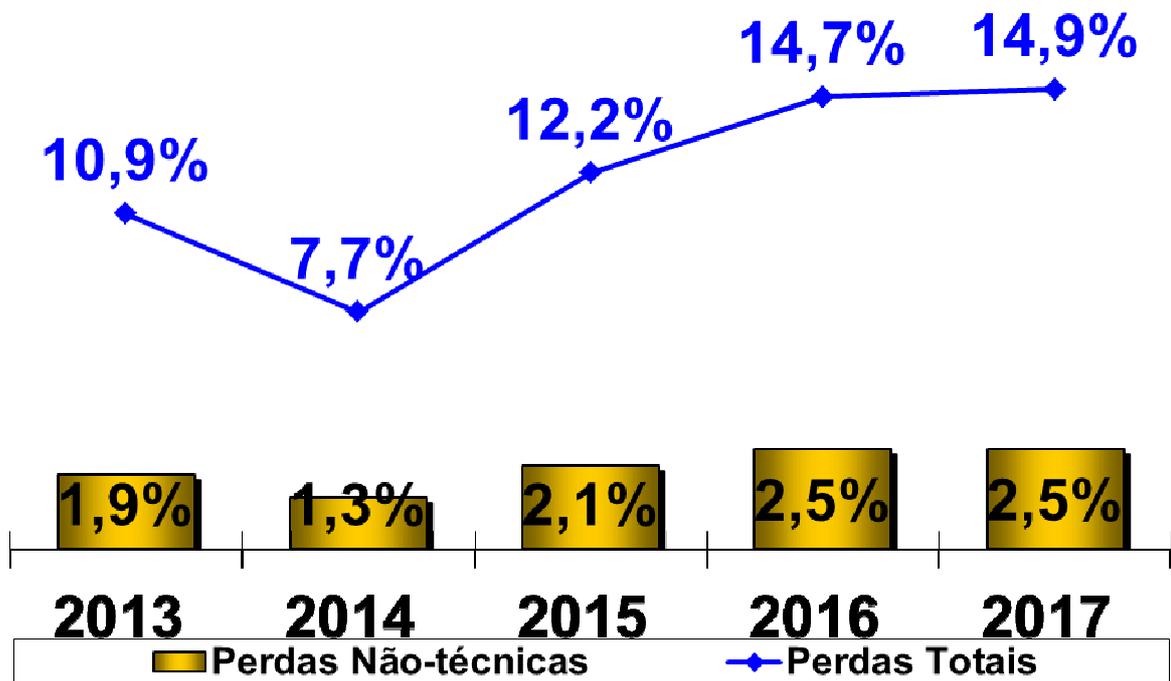
O segmento do mercado que mais influenciou esse resultado foi o Setor Industrial, apresentando uma redução 90,22%, sendo que a variação deu-se devido ao único consumidor Industrial ter migrado de alta para baixa tensão e também da classe Industrial para a classe Comercial, tanto que a segunda classe que mais influenciou o resultado foi a comercial com um aumento de 40,46% em 2017.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Balço Energético

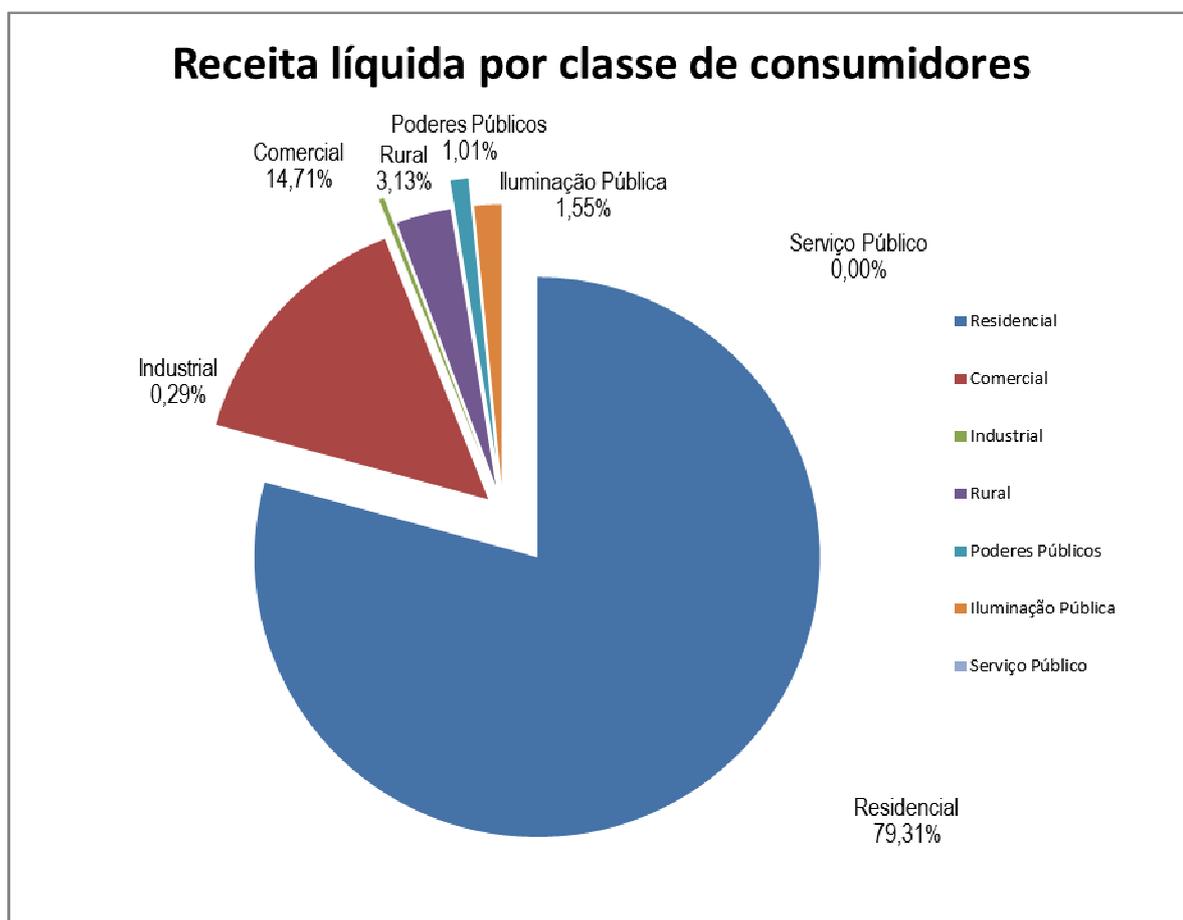
| Energia Requerida - GWh | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Venda de Energia | 15,24 | 15,61 | 15,92 | 15,59 | 16,10 |
| - Fornecimento | 15,24 | 15,61 | 15,92 | 15,59 | 16,10 |
| - Suprimento p/ agentes de distribuição | - | - | - | - | - |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | - | - | - | - | - |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Mercado Atendido | 15,24 | 15,61 | 15,92 | 15,59 | 16,10 |
| Perdas na Rede Básica | | | | | |
| Pernas na Distribuição | 1,86 | 1,30 | 2,21 | 2,68 | 2,82 |
| Perdas Técnicas | 1,54 | 1,08 | 1,83 | 2,22 | 2,34 |
| Perdas não Técnicas - PNT | 0,32 | 0,22 | 0,38 | 0,46 | 0,48 |
| PNT / Energia Requerida % | 1,9% | 1,3% | 2,1% | 2,5% | 2,5% |
| Perdas Totais - PT | 1,86 | 1,30 | 2,21 | 2,68 | 2,82 |
| PT / Energia Requerida % | 10,9% | 7,7% | 12,2% | 14,7% | 14,9% |
| Total | 17,10 | 16,91 | 18,13 | 18,27 | 18,92 |



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 6.520,24 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

| Classe | 2017 | 2016 | % |
|--------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Residencial | 5.170,91 | 4.399,53 | 17,53% |
| Comercial | 959,20 | 704,68 | 36,12% |
| Industrial | 19,10 | 108,37 | -82,38% |
| Rural | 203,87 | 177,97 | 14,55% |
| Outros | 167,16 | 139,54 | 37,09% |
| Poderes Públicos | 65,98 | 59,55 | 10,80% |
| Iluminação Pública | 101,02 | 79,99 | 26,29% |
| Serviço Público | 0,16 | 0,00 | 0,00% |
| Total | 6.520,24 | 5.530,08 | 17,90% |



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017, apresentou um crescimento de 4,38% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

| Número de Consumidores | | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Classe | 2017 | 2016 | Var % |
| Residencial | 5.519 | 5.285 | 4,43% |
| Comercial | 83 | 79 | 5,06% |
| Industrial | 1 | 1 | 0,00% |
| Rural | 33 | 32 | 3,13% |
| Outros | 54 | 54 | -4,55% |
| Poderes Públicos | 21 | 22 | -4,55% |
| Iluminação Pública | 32 | 32 | 0,00% |
| Serviço Público | 1 | 0 | 0,00% |
| Total | 5.690 | 5.451 | 4,38% |

Tarifas - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, após a realização da RTP ocorrida em 2017, com efeitos retroativos a 2016, e da realização do IRT 2017 são as relacionadas no quadro abaixo.

| Classe | Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h |
|---------------|---|
| Residencial | 418,36 |
| Comercial | 394,73 |
| Industrial | 382,00 |
| Rural | 299,81 |
| Outros | 288,21 |

| Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo | KWh | KWh | KWh | KWh |
|--|---------------|-----------------|------------------|------------------|
| Tarifas Brutas | 0 a 30 | 31 a 100 | 101 a 220 | Acima 220 |
| | 0,14935 | 0,25603 | 0,38403 | 0,42671 |

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

| Ano | DEC (Horas) | FEC (Interrupções) | Tempo de Espera (horas) |
|-------------|--------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 2013 | 91,75 | 29,47 | 2,59 |
| 2014 | 120,56 | 32,86 | 2,59 |
| 2015 | 149,48 | 39,78 | 3,16 |
| 2016 | 125,06 | 37,02 | 3,48 |
| 2017 | 57,96 | 23,06 | 2,99 |

Atendimento ao consumidor - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o lucro líquido societário foi de R\$ 239,19 mil, contra R\$ 177,40 mil em 2016, um aumento de 34,83%.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 689,08 mil

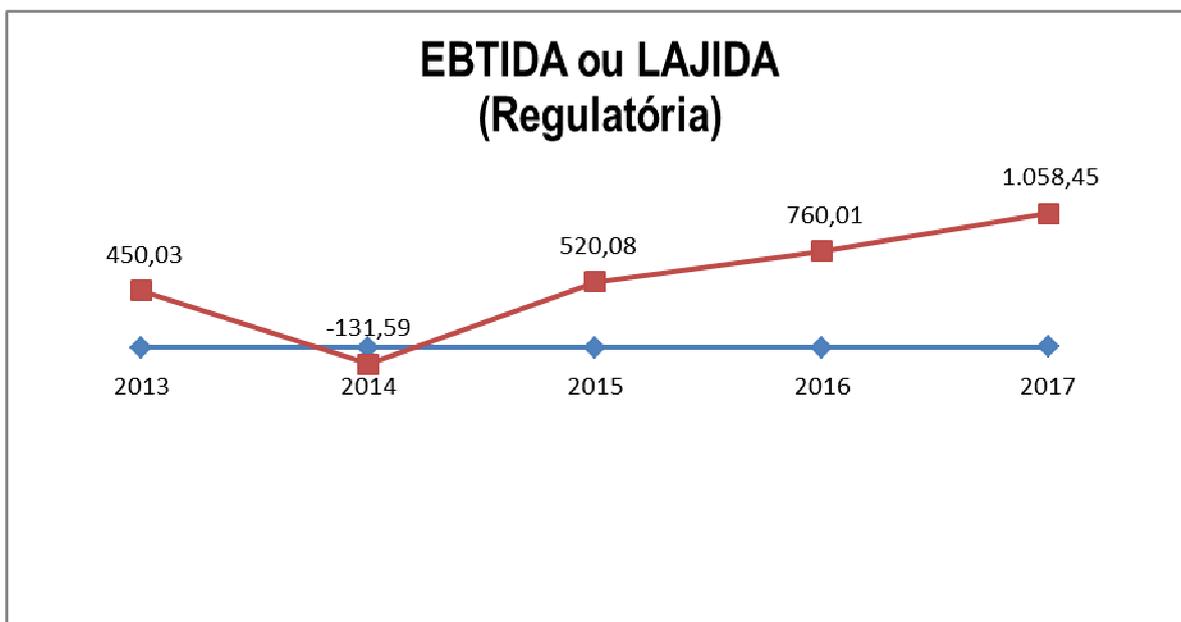
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 239,19 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 327,09 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 7.021,81 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 5.540,62 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 5.207,46 mil, 5,13% inferior em relação a 2016. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 6,08% contra 2,85% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.058,45 mil, superior em 39,27% a 2016, que foi de R\$ 760,01, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 428,89 mil, 8,79% inferiores em relação a 2016, realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 1.757,55 R\$/mil.

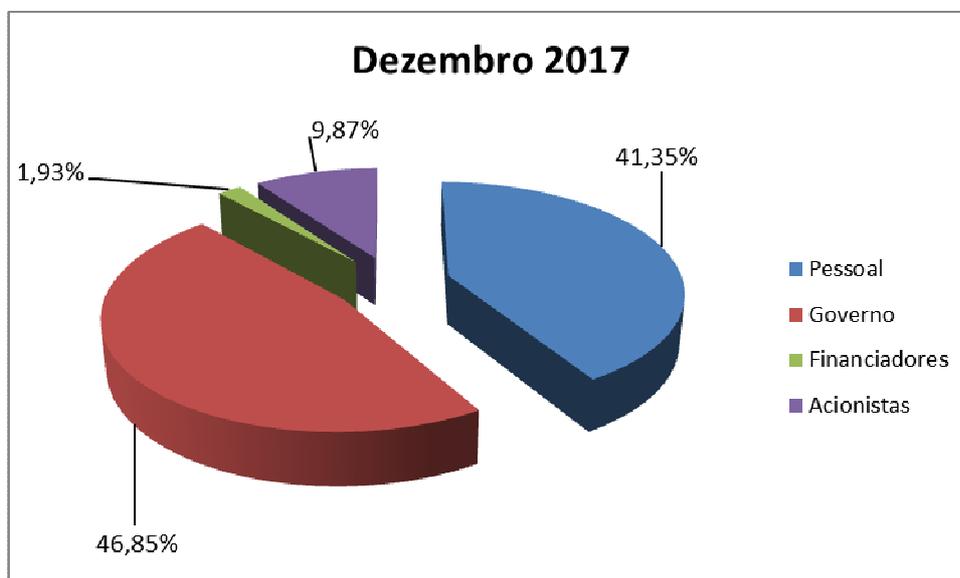
| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | R\$ Mil Nominais | | | R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017 | | | | |
|---|------------------|---------------|---------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| AIS Bruto ¹ | 402,41 | 470,21 | 428,90 | 351,51 | 351,51 | 351,51 | 351,51 | 351,51 |
| Transformador de Distribuição | 148,30 | 80,79 | 105,84 | 79,50 | 79,50 | 79,50 | 79,50 | 79,50 |
| Medidor | 43,18 | 65,40 | 71,51 | 35,90 | 35,90 | 35,90 | 35,90 | 35,90 |
| Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV) | 51,28 | 42,13 | 42,34 | 42,00 | 42,00 | 42,00 | 42,00 | 42,00 |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV) | 159,66 | 281,89 | 209,21 | 194,11 | 194,11 | 194,11 | 194,11 | 194,11 |
| Redes Alta Tensão (69 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - |

| R\$ Mil | 2017R | 2018P | 2019P | 2020P | 2021P | 2022P |
|------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Plano de Investimentos 2017 | 428,90 | 351,51 | 351,51 | 351,51 | 351,51 | 351,51 |

| R\$ Mil | 2017P | 2016P | 2017P | 2018P | 2019P | 2020P |
|------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Plano de Investimentos 2016 | 351,75 | 351,85 | 221,94 | 220,46 | 225,67 | 229,05 |

| | | | | | | |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Diferença | 21,9% | -0,1% | 58,4% | 59,4% | 55,8% | 53,5% |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|

Valor adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$ 6.979,44 mil, representando 68,54% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os Cooperados se reúnem e deliberam sobre a destinação das sobras acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de março de cada ano.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da CERIS era de R\$ 4.069,59 mil, composto por 406.959.337 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

| Números de Quotas em milhares | | |
|-------------------------------|--------------------|------------|
| Acionistas | | % |
| Cooperados | 406.959.337 | 100 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| Total | 406.959.337 | 100 |

Atendimento aos Cooperados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve a sua certificação renovada, comprovando assim as suas boas práticas.

Recursos humanos: Em 2017 a CERIS investiu R\$ 15,49 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas administrativas no valor de R\$ 4,55 mil. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia metade do valor da universidade de sua equipe e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2016 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 268,09 R\$/mil; b) Auxílio médico R\$/mil 155,22 mil; c) e Seguro de Vida R\$/mil 32,52.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

| Outorgada em números | 2017 | 2016 | % |
|--|----------|----------|--------|
| Atendimento | - | - | |
| Número de consumidores | 5.690 | 5.451 | 4,38% |
| Número de empregados | 42 | 43 | -2,33% |
| Número de consumidores por empregado | 135 | 127 | 6,87% |
| Número de localidades atendidas | 5 | 5 | 0,00% |
| Número de agências | 1 | 1 | 0,00% |
| Número de postos de atendimento | 1 | 1 | 0,00% |
| Número de postos de arrecadação | 5 | 5 | 0,00% |
| Mercado | | | |
| Área de Permissão (Km ²) | 235,64 | 235,64 | 0,00% |
| Geração própria (GWh) | - | - | 0,00% |
| Demanda máxima (MWh/h) | 5.611 | 5.431 | 3,31% |
| Distribuição direta (GWh) | 16,09 | 15,60 | 0,00% |
| Consumo residencial médio (kWh/ano) | 2.198,42 | 2.280,82 | -3,61% |
| Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh) | 419,10 | 380,48 | 10,15% |
| Total (exceto curto prazo) | - | - | 0,00% |

| | | | |
|--|-----------|-------------|---------|
| Residencial | 418,36 | 387,23 | 8,04% |
| Comercial | 394,73 | 402,87 | -2,02% |
| Industrial | 382,00 | 433,46 | -11,87% |
| Rural | 299,81 | 273,68 | 9,55% |
| Suprimento | - | - | 0,00% |
| DEC (horas) | 57,96 | 125,04 | -53,65% |
| População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes) | 6,95 | 6,81 | 2,06% |
| População atendida - Rural (em milhares de habitantes) | 21,48 | 20,45 | 5,04% |
| FEC (número de interrupções) | 23,06 | 36,97 | -37,63% |
| Número de reclamações por 1.000 consumidores | - | - | 0,00% |
| Operacionais | | | |
| Número de usinas em operação | - | - | 0,00% |
| Número de subestações | - | - | 0,00% |
| Linhas de transmissão (Km) | - | - | 0,00% |
| Linhas de distribuição (Km) | 476,86 | 473,36 | 0,74% |
| Capacidade instalada (MW) | 23,61 | 23,19 | 1,81% |
| Financeiros | | | |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 9.731,07 | 7.963,43 | 22,20% |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 7.021,81 | 5.396,67 | 30,11% |
| Margem operacional do serviço líquida (%) | 38,58% | 47,56% | -18,88% |
| EBITDA OU LAJIDA | 1.058,45 | 760,01 | 39,27% |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 239,19 | 177,4 | 34,83% |
| Lucro líquido por mil cotas | - | - | 0,00% |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 20.082,68 | 15.344,89 | 30,88% |
| Valor patrimonial por cota R\$ | - | - | 0,00% |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) | 6,08 | 2,85 | 113,32% |
| Endividamento do patrimônio líquido (%) | 88,18 | 86,52 | 1,92% |
| Em moeda nacional (%) | 100 | 100 | 0,00% |
| Em moeda estrangeira (%) | - | - | 0,00% |
| Indicadores de Performance | - | - | |
| Salário Médio dos Funcionários | 2,61 | 2,53 | 3,16% |
| Energia Gerada/Comprada por Funcionário | 0,38 | 0,36 | 5,60% |
| Energia Gerada/Comprada por Consumidor | 0,0028 | 0,0029 | -1,19% |
| Retorno de ativos por unidade | 0,006347 | -0,00078287 | 0,00% |

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Cooperados , aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2017 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, Abril/2018

A Administração

Balço Patrimonial Regulatório

| COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEERICA DA SERRA | | |
|---|------------------|------------------|
| CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 | | |
| Balço Patrimonial em 31 de dezembro de | 2017 | 2016 |
| (Valores expressos em milhares de reais) | | |
| | Consolidado | |
| | 2017 | 2016 |
| Ativos | | |
| Ativo Circulante | 5.675,98 | 5.216,69 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.371,90 | 2.852,03 |
| Consumidores | 1.305,33 | 1.105,21 |
| Concessionárias e permissionárias | - | - |
| Serviços em curso | 99,00 | 97,78 |
| Tributos compensáveis | 210,16 | 299,83 |
| Depósitos judiciais e cauções | - | - |
| Almoxarifado operacional | 91,29 | 124,98 |
| Investimentos temporários | - | - |
| Empréstimos | - | 0,30 |
| Ativos Financeiros Setoriais | 276,61 | 655,64 |
| Despesas pagas antecipadamente | 23,86 | 29,77 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos circulantes | 297,83 | 51,16 |
| Ativos de operações descontinuadas | - | - |
| Bens destinados à alienação | - | - |
| Ativo Não-Circulante | 15.925,48 | 11.786,25 |
| Consumidores | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | - | - |
| Serviços em curso | - | - |
| Tributos compensáveis | 77,09 | 49,32 |
| Depósitos judiciais e cauções | 11,85 | 2,66 |
| Investimentos temporários | 681,80 | 697,97 |
| Empréstimos | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Ativos Financeiros Setoriais | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos não circulantes | - | - |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - |
| Imobilizado | 15.129,57 | 10.995,38 |
| Intangível | 25,17 | 40,92 |
| Total do ativo | 21.601,46 | 17.002,94 |

| | | |
|--|------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Passivo Circulante | 1.153,69 | 1.235,82 |
| Fornecedores | 123,05 | 55,67 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12,78 | 42,21 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 166,33 | 131,54 |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | 314,51 | 299,25 |
| Provisão para litígios | - | - |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | - | - |
| Encargos setoriais | 224,15 | 124,16 |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Passivos Financeiros Setoriais | 176,36 | 465,21 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos circulantes | 136,51 | 117,77 |
| Passivos de operações descontinuadas | - | - |
| Passivo Não-Circulante | 365,09 | 422,24 |
| Fornecedores | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | - | - |
| Provisão para litígios | - | - |
| Encargos setoriais | - | - |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Passivos Financeiros Setoriais | - | 173,20 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos não circulantes | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 365,09 | 249,04 |
| Total do passivo | 1.518,78 | 1.658,05 |
| Patrimônio líquido | 20.082,68 | 15.344,89 |
| Capital social | 4.069,59 | 4.065,61 |
| Reservas de capital | - | (317,03) |
| Outros resultados abrangentes | 8.748,18 | 4.703,45 |
| Reservas de lucros | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | - | - |
| Lucros ou prejuízos acumulados | - | - |
| Ações em tesouraria | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | - | - |
| Participação de não controladores | - | - |
| Reserva de sobras | 6.975,32 | 6.509,14 |
| Sobras à disposição da Assembleia | 289,59 | 383,71 |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | - | - |
| Total do patrimônio líquido | 20.082,68 | 15.344,89 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 21.601,46 | 17.002,94 |

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de
dezembro de

2017

2016

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Operações em continuidade | | |
| Receita / Ingresso | 9.731,07 | 7.963,43 |
| Fornecimento de energia elétrica | 2.971,13 | 12.551,40 |
| Suprimento de energia elétrica | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | 5.356,84 | (5.202,85) |
| Ativos e Passivos Regulatórios | 79,14 | 513,41 |
| Serviços cobráveis | 11,59 | 8,61 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | - | - |
| Outras receitas | 1.312,37 | 92,86 |
| Tributos | (1.834,08) | (1.646,29) |
| ICMS | (1.633,41) | (1.451,00) |
| PIS-PASEP | (34,67) | (30,67) |
| Cofins | (160,02) | (159,11) |
| ISS | (5,98) | (5,51) |
| Encargos - Parcela "A" | (875,18) | (776,52) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (10,21) | (27,78) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | (10,21) | (27,74) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | (477,27) | (698,22) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | - | - |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | (19,05) | (22,78) |
| Outros encargos | (358,44) | - |
| Receita líquida / Ingresso líquido | 7.021,81 | 5.540,62 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | (1.910,54) | (434,71) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (1.910,54) | (434,71) |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição | - | - |
| Encargos e demais despesas setoriais | - | - |
| Perdas pelo valor de indenização / renovação | - | - |

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida | - | - |
| Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios | - | - |
| (-) Reversão de devolução tarifária | - | - |
| (-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios | - | - |
| Outros | - | - |
| Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica | - | - |
| Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | 5.111,27 | 5.105,91 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | (5.207,46) | (4.953,34) |
| Pessoal e administradores | (3.399,24) | (3.112,88) |
| Material | (228,07) | (257,25) |
| Serviços de terceiros | (533,31) | (618,77) |
| Arrendamento e aluguéis | (159,75) | (160,87) |
| Seguros | (43,86) | (62,78) |
| Doações, contribuições e subvenções | (21,82) | (21,22) |
| Provisões | (55,01) | 6,02 |
| (-) Recuperação de despesas | 1,83 | 25,35 |
| Tributos | (27,87) | (25,86) |
| Depreciação e amortização | (907,25) | (757,39) |
| Gastos diversos | (2,02) | (0,98) |
| Outras Receitas Operacionais | 245,27 | 304,99 |
| Outras Despesas Operacionais | (76,36) | (271,70) |
| Resultado da Atividade | (96,19) | 152,57 |
| Equivalência patrimonial | - | - |
| Resultado Financeiro | 382,67 | 82,91 |
| Despesas financeiras | (134,55) | (491,14) |
| Receitas financeiras | 517,22 | 574,05 |
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | 286,48 | 235,48 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | (47,29) | (58,08) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | 239,19 | 177,40 |

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatório

| COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA | | | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|--|--|------------------|
| CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 | | | | | | | | | |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 | | | | | | | | | |
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | | | | | | | |
| | Capital Social | Reservas de capital | Reserva de reaval. | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | RESERVA DE SOBRAS | SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA | Recursos destinados a aumento de capital | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 4.065,31 | (622,06) | 5.209,87 | 3.307,67 | - | 2.917,66 | 622,06 | - | 15.500,51 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | 0,30 | - | - | - | - | - | - | - | 0,30 |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | - | - | 83,36 | - | 83,36 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | 622,06 | - | - | - | - | (622,06) | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | 8,34 | (8,34) | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para investimentos | - | - | - | (3.307,67) | - | 3.311,84 | (4,17) | - | 0,00 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | (506,42) | - | - | - | - | - | (506,42) |
| Outras Reservas (Efeitos IFRS) | - | (317,03) | - | - | - | - | 317,03 | - | - |
| RATES | - | - | - | - | - | 271,30 | (4,17) | - | 267,13 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 4.065,61 | (317,03) | 4.703,45 | 0,00 | - | 6.509,14 | 383,71 | - | 15.344,89 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | 3,98 | - | - | - | - | - | - | - | 3,98 |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 327,10 | - | 361,98 | - | 689,08 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | (66,67) | - | (66,67) |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | 36,20 | (36,20) | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | 84,77 | (18,10) | - | 66,67 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | 4.044,73 | - | - | - | - | - | 4.044,73 |
| Outras Reservas (Efeitos IFRS) | - | 317,03 | - | - | - | - | (317,03) | - | - |
| RATES | - | - | - | - | (327,10) | 345,20 | (18,10) | - | 0,00 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 4.069,59 | - | 8.748,18 | 0,00 | - | 6.975,31 | 289,59 | - | 20.082,68 |

Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

CNPJ Nº 57.384.943/0001-82

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

(Método Direto)

| Notas | Notas | 2017 | 2016 |
|--|-------|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | 555,00 | 197,50 |
| Fornecimento de Energia | | 8.704,95 | 7.561,41 |
| Suprimento de Energia | | - | - |
| TUSD de Consumidores Livres e Geradores | | - | - |
| Suprimento a Concessionárias | | - | - |
| Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo | | - | - |
| Recebimento de RAP de Transmissão | | - | - |
| Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético | | 956,32 | 562,39 |
| Outros Recebimentos Operacionais | | - | 169,52 |
| Fornecedores - Materiais e Serviços | | (1.671,57) | (1.705,18) |
| Fornecedores - Energia Elétrica | | (1.799,47) | (942,69) |
| Salários e Encargos Sociais | | (2.118,82) | (2.026,68) |
| Tributos sobre a Receita - Federais | | (212,62) | (964,10) |
| Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais | | (1.552,89) | (1.425,67) |
| Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL) | | - | (2,35) |
| Encargos de Transmissão | | - | - |
| Demais Encargos Regulatórios | | (754,82) | (765,32) |
| Outras Despesas Operacionais | | (996,08) | (263,83) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | 1,25 | (88,64) |
| Aquisição de Participações Societárias | | - | - |
| Aportes / Aumento de Capital em Controladas | | - | - |
| Investimentos | | - | - |
| Imobilizado | | (401,95) | (387,62) |
| Intangível | | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos | | 103,97 | - |
| Empréstimos / Mútuos Concedidos | | - | - |
| Proventos Recebidos | | 299,23 | 298,98 |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | 556,25 | 108,86 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | (36,38) | (31,16) |
| Empréstimos e Financiamentos Obtidos | | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Pagos | | (36,38) | (31,16) |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos | | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos | | - | - |
| Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos | | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | - | - |
| Integralização de Capital | | - | - |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | 519,87 | 77,70 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 519,87 | 77,70 |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 519,87 | 77,70 |
| No início do exercício | | 2.852,03 | 2.774,33 |
| No fim do exercício | | 3.371,90 | 2.852,03 |

Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CERIS é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Concessão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a

Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A CERIS está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas Permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para

Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERIS. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 29 a 32, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão

Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros ao Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das Permissionárias e de consumidores não das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.05..Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A 1ª Reavaliação foi registrada em julho de 2013 com efeitos retroativos à 2012 devido ao atraso na homologação pela ANEEL da Metodologia de Revisão Tarifária das Permissionárias. Novamente em 2016 não foi realizada pela a ANEEL a RTP prevista para este ano, o que veio ocorrer somente em 2017.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERIS, procedeu o reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

| DESCRIÇÃO - R\$ Mil | VALORES CORRENTES | | | | | | | VALORES RENEGOCIADOS | | | | | TOTAL 2017 | TOTAL 2016 |
|--|-------------------|--------------------|------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------------------------|--------------|--------------|
| | CORRENTE A VENCER | | CORRENTE VENCIDA | | | | Provisão p/ Devedores Duvidosos | RENEGOCIADA A VENCER | | RENEGOCIADA VENCIDA | | Provisão p/ Devedores Duvidosos | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 60 dias | Mais de 60 dias | | | |
| Fornecimento de Energia | 984 | - | 287 | 10 | 15 | 22 | (53) | 40 | - | - | - | - | 1.305 | 1.105 |
| - Residencial | 491 | - | 244 | 9 | 13 | 22 | (51) | 23 | - | - | - | - | 751 | 689 |
| - Industrial | - | - | 4 | - | 1 | - | (1) | - | - | - | - | - | 4 | 2 |
| - Comercial | 107 | - | 26 | 0 | - | 0 | (0) | - | - | - | - | - | 134 | 92 |
| - Rural | 20 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 22 | 17 |
| - Poderes Públicos | 5 | - | 4 | - | 0 | - | - | 5 | - | - | - | - | 13 | 8 |
| - Iluminação Pública | 13 | - | 7 | 1 | 1 | - | - | 12 | - | - | - | - | 35 | 23 |
| - Serviço Público | 0 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 | - |
| - Serviço Taxado | 111 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 111 | 105 |
| - Fornecimento Não Faturado | 236 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 236 | 170 |
| - (-) Arrecadação Processo Classif. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento Energia - Moeda Nacional | | | | | | | | | | | | | - | - |
| Suprimento Energia - Moeda Estrangeira | | | | | | | | | | | | | - | - |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | | | | | | | | | | | | | - | - |
| Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado | | | | | | | | | | | | | - | - |
| TOTAL | 984 | - | 287 | 10 | 15 | 22 | (53) | 40 | - | - | - | - | 1.305 | 1.105 |

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

5. Imobilizado

| Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reava-liação | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições Liquidadas = (A)-(B)+(C) | Depre-ciação Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
|---|---------------------------|-------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------------|----------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Geração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, Obras Civas e Benfeitorias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, Obras Civas e Benfeitorias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | 17.413 | 119 | (268) | 458 | 7.030 | 24.752 | 309 | (10.445) | 14.307 | 10.146 |
| Terrenos | 10 | - | - | - | - | 10 | - | - | 10 | 10 |
| Edificações, Obras Civas e Benfeitorias | 428 | - | - | - | - | 428 | - | (188) | 240 | 254 |
| Máquinas e Equipamentos | 16.134 | 72 | (114) | 338 | 7.030 | 23.460 | 296 | (9.723) | 13.737 | 9.663 |
| Veículos | 803 | 47 | (154) | 120 | - | 816 | 13 | (509) | 307 | 203 |
| Móveis e Utensílios | 38 | - | - | - | - | 38 | - | (24) | 14 | 16 |
| Administração | 847 | 3 | - | 6 | - | 856 | 9 | (324) | 533 | 563 |
| Terrenos | 5 | - | - | - | - | 5 | - | - | 5 | 5 |
| Edificações, Obras Civas e Benfeitorias | 580 | - | - | - | - | 580 | - | (146) | 433 | 453 |
| Máquinas e Equipamentos | 196 | 3 | - | 6 | - | 205 | 9 | (122) | 83 | 87 |
| Veículos | 31 | - | - | - | - | 31 | - | (24) | 7 | 12 |
| Móveis e Utensílios | 35 | - | - | - | - | 35 | - | (31) | 4 | 6 |
| Comercialização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, Obras Civas e Benfeitorias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 18.260 | 122 | (268) | 464 | 7.030 | 25.608 | 318 | (10.768) | 14.839 | 10.708 |

| Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reava-liação | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Depre-ciação Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
|--------------------------------------|---------------------------|--------------|--------------|---------------------|----------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Geração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | 280 | 2.041 | - | (458) | (1.580) | 283 | 3 | | 283 | |
| Máquinas e Equipamentos | (153) | 1.111 | - | (338) | (748) | (128) | 25 | | (128) | |
| Outros | 433 | 930 | - | (120) | (832) | 411 | (22) | | 411 | |
| Administração | 7 | 18 | - | (6) | (11) | 8 | 1 | | 8 | |
| Máquinas e Equipamentos | 5 | 9 | - | (6) | (3) | 5 | - | | 5 | |
| Outros | 2 | 9 | - | - | (8) | 3 | 1 | | 3 | |
| Comercialização | - | - | - | - | - | - | - | | - | |
| Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | | - | |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | | - | |
| Subtotal | 287 | 2.059 | - | (464) | (1.591) | 291 | 4 | | 291 | |
| Total do Ativo Imobilizado | 18.546 | 2.181 | (268) | - | 5.439 | 25.898 | 322 | (10.768) | 15.130 | 10.708 |

A composição do intangível é como segue :

| Intangível - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reava-liação | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Amorti-zação Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
|------------------------------------|---------------------------|-------------|------------|---------------------|--------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ativo Intangível em Serviço | | | | | | | | | | |
| Geração | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidões | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Uso do Bem Público | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidões | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | 74 | - | - | - | - | 74 | - | (51) | 23 | 23 |
| Servidões | - | - | - | - | - | - | ■ | - | - | - |
| Softw ares | 74 | - | - | - | - | 74 | ■ | (51) | 23 | 23 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | ■ | - | - | - |
| Administração | 38 | - | - | - | - | 38 | - | (36) | 2 | 2 |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | ■ | - | - | - |
| Outros | 38 | - | - | - | - | 38 | ■ | (36) | 2 | 2 |
| Comercialização | 0 | - | - | - | - | 0 | - | - | 0 | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | ■ | - | - | - |
| Outros | 0 | - | - | - | - | 0 | ■ | - | 0 | - |
| Total do Ativo Intangível | 112 | - | - | - | - | 112 | - | (87) | 25 | 25 |

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Baixas (B) | Transferencia (C) | Reavaliação | Valor bruto em 31/12/2017 | Adições Líquidas (A)-(B)+(C) |
|---|---------------------------|---------------|---------------|-------------------|-----------------|---------------------------|------------------------------|
| AIS Bruto | 16.133,82 | 409,54 | 114,00 | - | 6.803,58 | 23.460,94 | 295,54 |
| T transformador de Distribuição | 3.403,82 | 126,36 | 53,96 | - | 1.454,17 | 5.038,31 | 180,32 |
| Medidor | 1.079,67 | 60,01 | 17,15 | - | 461,25 | 1.618,08 | 77,16 |
| Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV) | 11.322,25 | 96,75 | 40,30 | - | 4.748,00 | 16.207,30 | 137,05 |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV) | 328,08 | 126,42 | 2,59 | - | 140,16 | 597,25 | 129,01 |
| Redes Alta Tensão (69 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações Especiais do AIS Bruto | - | - | - | - | - | - | - |
| Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, | - | - | - | - | - | - | - |
| Universalização | - | - | - | - | - | - | - |

| Ativo Imobilizado - R\$ Mil | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 2017 | | 2016 |
|---|--|---------------|---|---------------|
| | | Valor Bruto | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor líquido |
| Em serviço | | | | |
| Geração | | - | - | - |
| Custo Histórico | | | | - |
| Correção Monetária Especial | | | | - |
| Reavaliação | | | | - |
| Transmissão | | - | - | - |
| Custo Histórico | | | | - |
| Correção Monetária Especial | | | | - |
| Reavaliação | | | | - |
| Distribuição | | 24.752 | (9.723) | 15.029 |
| Custo Histórico | 2,17% | 9.654 | (3.373) | 6.281 |
| Correção Monetária Especial | | | | - |
| Reavaliação | 0,67% | 15.098 | (6.350) | 8.748 |
| Administração | | - | - | - |
| Custo Histórico | | | | - |
| Correção Monetária Especial | | | | - |
| Reavaliação | | | | - |
| Comercialização | | - | - | - |
| Custo Histórico | | | | - |
| Correção Monetária Especial | | | | - |
| Reavaliação | | | | - |
| Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | - | - | - |
| Custo Histórico | | | | - |
| Correção Monetária Especial | | | | - |
| Reavaliação | | | | - |
| | | 24.752 | (9.723) | 15.029 |
| | | | | 10.146 |

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 2009, são as seguintes:

| Taxas Anuais de Depreciação | |
|-------------------------------------|-------|
| Geração | |
| Equipamento geral | 10,00 |
| Equipamentos da tomada d'água | 3,70 |
| Estrutura da tomada d'água | 4,00 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2,00 |
| Turbina hidráulica | 2,50 |
| Transmissão | |
| Condutor do sistema | 2,50 |
| Equipamento geral | 10,00 |
| Estrutura do sistema | 2,50 |
| Religadores | 4,30 |
| Distribuição | |
| Barra de capacitores | 6,70 |
| Chave de distribuição | 6,70 |
| Condutor do sistema | 5,00 |
| Estrutura do sistema | 5,00 |
| Regulador de tensão | 4,80 |
| Transformador | 5,00 |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 10,00 |
| Veículos | 20,00 |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

| CONSOLIDADO | |
|---|------------|
| Descrição do Bem | Em R\$ Mil |
| CAMINHÃO IVECO DAILY | 95,12 |
| TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRI | 73,63 |
| POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 11 M MEDIO | 62,28 |
| TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRI | 52,73 |
| MEDIDOR ELETRONICO MONOFÁSICO 1 EL 3 FIOS 15(100)A 24 | 40,34 |
| CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO 15 KV 2 AWG CA | 37,99 |
| AUTOMOVEL FIAT MOBI EASY 1.0 FLEX 2017/2018 BRANCO | 24,81 |
| AUTOMOVEL FIAT MOBI EASY 1.0 FLEX 2017/2018 BRANCO | 24,40 |
| GUINDAUTO F-4000 PRATA | 22,40 |
| CABO DE ALUMINIO PROTEGIDO XLPE 070MM 15KV | 10,88 |

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

| CONSOLIDADO | |
|--|------------|
| Descrição do Bem | Em R\$ Mil |
| CAMINHÃO GM / CHEVROLET 1976/1976 VERDE CHASSI D683FE | 58,45 |
| AUTOMÓVEL IMP / GM D-20 CUSTOM S 1995/1995 BRANCA CHA | 31,56 |
| TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRI | 26,98 |
| AUTOMÓVEL FIAT STRADA FIRE FLEX 2008/2008 BRANCA CHAS | 26,49 |
| TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRI | 25,38 |
| AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCO C | 19,81 |
| AUTOMÓVEL VW SAVEIRO 1.6 2000/2000 BRANCA CHASSI 9BWE | 17,20 |
| CABO DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO, NÚ, BITOLA 6 AWG, MC | 5,74 |
| SAGA 2000-1640 A5N 0X3 MEDIÇÃO INDIRETA, 2,5(10) A, CLASSE | 4,92 |
| POSTE EUC. TRATADO 11 PESADO 600 DAN | 4,17 |

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 11/07/2016 a 10/07/2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CERIS transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERIS, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifária, a CERIS teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária, referente a RTO realizada em 2013, que gerou uma bolha financeira original no valor de original de R\$ 195,87, da qual parte foi amortizada e o saldo compensado na RTP de 2016, realizada apenas no ano de 2017 por determinação da ANEEL. Desta forma apresentamos no quadro abaixo os saldos dos Ativos e Passivos Financeiros após contabilização dos ajustes ocorridos na RTP e IRT/2017.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

| Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil | Saldo em 31/12/2016 | Adição | Amorti- zação | Remune- ração | Transfe- rências | Saldo em 31/12/2017 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|--|------------------------|------------|------------------|------------------|---------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|------------|-------------------|
| CVA Ativa | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Energia - (CVAenerg) | | | | | | - | | | | |
| Custo da Energia de Itaipu | | | | | | - | | | | |
| Proinfa | | | | | | - | | | | |
| Transporte Rede Básica | | | | | | - | | | | |
| Transporte de Energia - Itaipu | | | | | | - | | | | |
| ESS | | | | | | - | | | | |
| CDE | | | | | | - | | | | |
| CFURH | | | | | | - | | | | |
| Demais Ativos Financeiros Setoriais | 656 | 627 | (1.006) | - | - | 277 | - | - | - | - |
| Majoração FIS/Cofins | 99 | 194 | (267) | - | - | 25 | | | | |
| Programas Sociais Governamentais | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Quota Parte de Energia Nuclear | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Neutralidade da Parcela A | - | 29 | (14) | - | - | 14 | | | | |
| Sobrecontratação de Energia | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Diferimento de Reposição na RTP | 557 | 405 | (724) | - | - | 237 | | | | |
| Outros | 0 | - | (0) | - | - | - | | | | |
| (-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup. | | | | | | - | | | | |
| Total Ativos Financeiros Setoriais | 656 | 627 | (1.006) | - | - | 277 | - | - | - | - |

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

| Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil | Saldo em 31/12/2016 | Adição | Amorti- zação | Remune- ração | Transfe- rências | Saldo em 31/12/2017 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|--|------------------------|------------|------------------|------------------|---------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|------------|-------------------|
| CVA Passiva | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Energia - (CVAenerg) | | | | | | - | | | | |
| Custo da Energia de Itaipu | | | | | | - | | | | |
| Proinfa | | | | | | - | | | | |
| Transporte Rede Básica | | | | | | - | | | | |
| Transporte de Energia - Itaipu | | | | | | - | | | | |
| ESS | | | | | | - | | | | |
| CDE | | | | | | - | | | | |
| CFURH | | | | | | - | | | | |
| Demais Passivos Financeiros Setoriais | 465 | 755 | (1.044) | - | - | 176 | - | - | - | - |
| Majoração PIS/Cofins | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Programas Sociais Governamentais | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Quota Parte de Energia Nuclear | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Neutralidade da Parcela A | - | 428 | (252) | - | - | 176 | | | | |
| Sobrecontratação de Energia | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Devoluções Tarifárias | - | 173 | (173) | - | - | - | | | | |
| Outros | 465 | 153 | (618) | - | - | 0 | | | | |
| Total Passivos Financeiros Setoriais | 465 | 755 | (1.044) | - | - | 176 | - | - | - | - |

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

| INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Saldo Total | Adimplente? | Data Captação / Repactuação | Tipo de Garantia | Indexador ou Juros | Spread % a.a. | Data Próximo Pcto Juros | Frequência Pcto Juros | Data Próxima Amortização | Vencimento Final | Frequência de Amortiz. | Sistemática Amortização | Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo | | | | | | | Observações | | | |
|--|----------------------|-----------------------|----------------------|-------------|-------------|-----------------------------|------------------|--------------------|---------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------|------------------------|-------------------------|---|------|------|------|------|-------|-------|-------------|--|--------------------------|--|
| | | | | | | | | | | | | | | | | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2023+ | Total | | | | |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Linha 01 (informar instituição ou linha) | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Linha 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | - | 13 | - | 13 | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Eletrobras - Luz Para Todos | - | 1 | | 1 | SIM | | | | | | mensal | 31/01/18 | | mensal | | | | | | | | | | | | |
| Bancos Credores (Ajustes Nat. Contábil) | | 12 | | 12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | bancos credores - ativos | |
| Dividas Tributárias (Refis, Paes,...) | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| União | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| União 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| União 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estado | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Estado 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estado 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Município | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividas com Fundo de Pensão | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Pensão 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensão 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividas com Agentes do Setor | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Renegociação 01 (credor ou encargo?) | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Renegociação 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mútuos Passivos | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Mútuo 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mútuo 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diversos | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Outros 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total por Dívida | - | 13 | - | 13 | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | - | 13 | - | 13 | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Tributária | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Fundo de Pensão | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Intra-setoriais | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Mútuos (Empresas Relacionadas) | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Diversos | - | - | - | - | | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |

| INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA | Juros de | Principal | Principal + | Saldo | Adim- | | Indexador | Spread | Data Próximo | Frequência | Data Próxima | Vencimento | Frequência | Sistemática | Cronograma de Amortização | | | | | | | Observações |
|---|-------------|-------------|-------------|-------|------------|--|------------|--------|--------------|------------|--------------|------------|-------------|-------------|---------------------------|-------------|------|------|------|------|------|-------------|
| | Curto Prazo | Curto Prazo | Juros LP | Total | plente? | | | | ou Juros | % a.a. | Pgto Juros | Pgto Juros | Amortização | Final | de Amortiz. | Amortização | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | |
| Ativos Financeiros | - | 3.372 | 682 | 4.054 | | | | | | | | | | | - | - | - | - | - | - | - | |
| Caixa e Aplicações Financeiras | - | 3.372 | 682 | 4.054 | Selecionar | | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | |
| Saldo Final de Caixa - Conta 111 | | 29 | - | 29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplic. Financ. CDB | | | 682 | 682 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplic. Financ. Fundos DI | | 653 | - | 653 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest. | | 2.689 | - | 2.689 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | . |
| Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | . |
| Mútuos Ativos | - | - | - | - | Selecionar | | Selecionar | | | Selecionar | | | Selecionar | Selecionar | - | - | - | - | - | - | - | |
| Mútuo 01 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | . |
| Mútuo 02 | | | | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | . |

Abertura dos Instrumentos Derivativo – R\$ Mil

A CERIS não se utilizou de instrumentos derivativos em 2017 e 2016.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

| RESUMO | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Total 2017 | Total 2016 |
|---------------------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------|---------------|
| (+) Dívida Bruta | - | 13 | - | 13 | 42 |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | - | - | - | - | - |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | - | 13 | - | 13 | 42 |
| Tributária | - | - | - | - | - |
| Fundo de Pensão | - | - | - | - | - |
| Intra-setoriais | - | - | - | - | - |
| Mútuos Passivos (Empresas Ligadas) | - | - | - | - | - |
| Diversos | - | - | - | - | - |
| Intra-setoriais Corrente em Atraso | - | - | - | - | - |
| Tributária Corrente em Atraso | - | - | - | - | - |
| (-) Ativos Financeiros | - | 3.372 | 682 | 4.054 | 3.550 |
| Alta Liquidez | - | 3.372 | - | 3.372 | 2.852 |
| Demais Aplicações Financeiras | - | - | 682 | 682 | 698 |
| Mútuos Ativos (Empresas Ligadas) | - | - | - | - | - |
| (+) Dívida Líquida I | - | (3.359) | (682) | (4.041) | 3.592 |
| (+/-) Derivativos / Fair Value | - | - | - | - | - |
| (+) Dívida Líquida II | - | (3.359) | (682) | (4.041) | 3.592 |

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não houveram Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2016 e 2017 na CERIS.

9. Provisões para Litígios

No ano de 2017, não houve provisões para litígios devido aos processos ora em andamento não possuir valor relevante.

10. Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções

destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Depreciação - Taxa Média Anual | Custo Histórico | Correção Monetária Especial | Reavaliação | Total |
|--|--------------------------------------|--------------------|-----------------------------------|-------------|-------|
| Em serviço | | 365 | - | - | 365 |
| Participação da União, Estados e Municípios | | 52 | | | 52 |
| Participação Financeira do Consumidor | | 147 | | | 147 |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | | 5 | | | 5 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | | | | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | | 50 | | | 50 |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | | | | | - |
| Outros | | 111 | - | - | 111 |
| Ultrapassagem de demanda | | 44 | | | 44 |
| Excedente de reativos | | 67 | | | 67 |
| Diferença das perdas regulatórias | | | | | - |
| Outros | | | | | - |
| (-) Amortização Acumulada - AIS | | - | - | - | - |
| Participação da União, Estados e Municípios | | | | | - |
| Participação Financeira do Consumidor | | | | | - |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | | | | | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | | | | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | | | | | - |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | | | | | - |
| Outros | | - | - | - | - |
| Ultrapassagem de demanda | | | | | - |
| Excedente de reativos | | | | | - |
| Diferença das perdas regulatórias | | | | | - |
| Outros | | | | | - |
| Total | | 365 | - | - | 365 |

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reava- liação | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Amorti-zação Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
|--|---------------------------|-------------|------------|---------------------|---------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Em curso | (249) | (10) | - | 5 | - | (365) | (116) | - | (365) | (365) |
| Participação da União, Estados e Municípios | (52) | - | - | - | - | (52) | - | - | (52) | (52) |
| Participação Financeira do Consumidor | (142) | (10) | - | 5 | - | (147) | (5) | - | (147) | (147) |
| Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido | (5) | - | - | - | - | (5) | - | - | (5) | (5) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | (50) | - | - | - | - | (50) | - | - | (50) | (50) |
| Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Pendentes de Recebimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Não Aplicados | - | - | - | - | - | (111) | (111) | - | (111) | (111) |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ultrapassagem de demanda | - | (44) | - | - | - | (44) | (44) | - | (44) | (44) |
| Excedente de reativos | - | (67) | - | - | - | (67) | (67) | - | (67) | (67) |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | (249) | (10) | - | 5 | - | (365) | (116) | - | (365) | (365) |

Datas de Formação das Obrigações Especiais:

Conforme instrução contida no Despacho de Encerramento publicado pela SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação.

As principais adições de obrigações especiais foram:

| Descrição do Bem | Data | Em R\$ Mil |
|---|--------|---------------|
| 1 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO | < 2015 | 52,02 |
| 2 - PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA CONSUMIDOR A TÈ 31/12/2015 | < 2015 | 133,40 |
| 3 - PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 02/2016 | fev/16 | 0,54 |
| 4 - PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 03/2016 | mar/16 | 7,57 |
| 5 - PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 04/2016 | abr/16 | 0,26 |
| 6 - DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVEST. NO SERV. CONCEDIDO | < 2015 | 5,25 |
| 7 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO | < 2015 | 50,00 |
| 8 - PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 06/2017 | jun/17 | 2,66 |
| 9 - PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 08/2017 | ago/17 | 2,45 |
| 10 - EXCEDENTE REATIVO | | 43,79 |
| 11 - EXCEDENTE DEMANDA | | 67,15 |
| 12 - | | |
| TOTAL | | 365,09 |

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$/Mil 4.069,59, sendo composto por 406.959.337 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

| Números de Quotas em milhares | | |
|-------------------------------|--------------------|---------------|
| Acionistas | | % |
| Cooperados | 406.959.337 | 100,00 |
| | - | - |
| | - | - |
| | - | - |
| | - | - |
| | - | - |
| | - | - |
| | - | - |
| | - | - |
| Total | 406.959.337 | 100,00 |

Reservas de Capital

| | 2016 | 2015 |
|--|----------|----------|
| Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2016 | | |
| Doações e subvenções para investimentos | | |
| Conta de resultados a compensar (CRC) | | |
| Outras | | |
| Total | - | - |

| Reservas de lucros | 2017 | 2016 |
|------------------------------|----------|----------|
| | | |
| Reserva legal | | |
| Lucros a realizar | | |
| Reserva para investimentos | | |
| Reserva para Desenvolvimento | | |
| Total | - | - |

| Reservas de Sobras | 2017 | 2016 |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| | | |
| Reserva legal | 296,74 | 260,54 |
| Lucros a realizar | | |
| RATES | 2.507,55 | 2.162,35 |
| ReservaS Estatutárias | 4.171,03 | 4.086,24 |
| Total | 6.975,32 | 6.509,13 |

12. Receita Operacional Bruta

| Receita Bruta | Nº Consumidores | | MWh Mil | | R\$ Mil | |
|---|-----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Fornecimento - Faturado | 5.690 | 5.451 | 16.094 | 15.599 | 6.520 | 5.530 |
| Residencial | 5.519 | 5.285 | 12.362 | 12.209 | 5.171 | 4.400 |
| Industrial | 83 | 1 | 45 | 262 | 19 | 108 |
| Comercial | 1 | 79 | 2.430 | 1.870 | 959 | 705 |
| Rural | 33 | 32 | 677 | 695 | 204 | 178 |
| Poder público | 21 | 22 | 158 | 159 | 66 | 60 |
| Iluminação pública | 32 | 32 | 422 | 403 | 101 | 80 |
| Serviço público | 1 | | 1 | | 0 | |
| Suprimento Faturado | | | | | | |
| Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado | - | - | - | - | - | - |
| Consumidores Cativos | | | | | | |
| Consumidores Livres | | | | | | |
| Encargos de conexão de agentes de geração | | | | | | |
| Permissionárias | | | | | | |
| Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado | | | | | | |
| (-) Transferências | - | - | - | - | - | - |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda | | | | | | |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos | | | | | | |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias | | | | | | |
| Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado | | | | | | |
| Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva | | | | | | |
| Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução | | | | | | |
| Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat. | | | | | | |
| Serviços Cobráveis | | | | | | |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | | | | | | |
| Total | 5.690 | 5.451 | 16.094 | 15.599 | 6.520 | 5.530 |

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016, a CERIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

| | 2017 | | 2016 | |
|-----------------|------------------|-----------------|------------------|---------------|
| | MWh | R\$ Mil | MWh | R\$ Mil |
| AES Eletropaulo | 19.562,00 | 1.809,41 | 18.404,80 | 529,49 |
| PROINFA | 481,10 | 125,47 | 292,11 | 92,27 |
| Total | 20.043,10 | 1.934,88 | 18.696,91 | 621,76 |

14. Pessoal e Administradores

| Pessoal e Administradores | 2017 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Pessoal | 3.150 | 2.906 |
| Remuneração | 1.900 | 1.561 |
| Encargos | 641 | 621 |
| Previdência privada | - | - |
| Previdência - Fundação - Mantenedora | - | - |
| Previdência - Déficit ou superávit atuarial | - | - |
| Assistência médica | 171 | 155 |
| Programa de demissão voluntária | - | - |
| Despesas rescisórias | 92 | 36 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | - | - |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Outros | 347 | 532 |
| Administradores | 248 | 207 |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 248 | 207 |
| Benefícios dos administradores | - | - |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Total | 3.399 | 3.113 |

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 286,48 | 235,48 |
| Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%) | (47,29) | (58,08) |
| Efeitos fiscais sobre: | - | - |
| Participação nos resultados | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - |
| Encargos capitalizados | - | - |
| Compensação da CSLL e com a Cofins | - | - |
| Outros | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (47,29) | (58,08) |

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a CERIS uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em 2013, a ANEEL submeteu à Audiência Pública, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisão tarifária periódica das Permissionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critério a serem adotados. Por fim, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 1º CRTP.

Em 11/07/2013 a CERIS encerrou o seu primeiro ciclo de Revisão Tarifária Periódica, retroativo à 2012, ano inicialmente previsto pela ANEEL para sua 1ª RTP, que devido a atraso na definição da Metodologia, não ocorreu, gerando assim uma Bolha Financeira passiva a qual deveria ser compensada nos reajustes / revisões posteriores.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista por meio de Audiência Pública.

Como Resultado destas Audiências decidiu que para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, poderiam continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, Regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apurados pelos Departamentos Contábil e Técnico, resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos Cooperados e não Cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Como toda a regulamentação acima descrita acabou por ter seus prazos findos após o aniversário tarifário de nossa Empresa, a ANEEL prorrogou a vigência da tarifa 2015/2016 para o ciclo 2016/2017, bem como também postergou a 2ª RTP para o ano de 2017.

Por fim, em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017. O índice de reposicionamento foi de 7,94%. Teve também por meio desta RTP o ajuste da sua Base de Remuneração por meio do VNR e também no nível de perdas regulatórias para 12,05 sobre a energia injetada.

17.2 - Reajuste Tarifário Anual

Concomitantemente, a ANEEL promoveu o reajuste tarifário (IRT) com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X.

Atendendo ao comando da Lei 13.360/2016, a ANEEL definiu os valores de da subvenção a ser recebida pela CERIS para compensar a baixa densidade de carga no mercado atendido, conforme previsto na Lei 10.438/2002, gerando um redutor na Parcela B.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL então estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.266, de 04 de julho de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição resultantes do processo de reajuste tarifário de 2017, cujo reajuste médio foi de -2,64%, correspondendo a um efeito médio percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almoxarifado de Operação; e
- III – Obrigações especiais.

Para apuração da base de remuneração são considerados apenas os ativos vinculados à permissão e classificados nas atividades de distribuição, administração, comercialização e geração associada, nos casos previstos em lei.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Para efeito de determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR, os seguintes bens e instalações serão excluídos: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios. Esses bens e instalações comporão a Base de Anuidade Regulatória – BAR. A remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) referentes à BAR são dadas em forma de anuidades.

| Descrição | Valores |
|---|------------------|
| (1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição) | 22.687,12 |
| (2) Índice de Aproveitamento Integral | - |
| (3) Obrigações Especiais Bruta | - |
| (4) Bens Totalmente Depreciados | 1.100,51 |
| (5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4) | 21.586,61 |
| (6) Depreciação Acumulada | 9.201,16 |
| (7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso) | - |
| (8) Índice de Aproveitamento Depreciado | - |
| (8) Índice de Aproveitamento Depreciado | - |
| (9) Valor da Base de Remuneração (VBR) | - |
| (10) Almojarifado em Operação | 68,06 |
| (11) Ativo Diferido | - |
| (12) Obrigações Especiais Líquida | - |
| (13) Terrenos e Servidões | - |
| (14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13) | 13.554,02 |
| (15) Saldo RGR PLPT | - |
| (16) Saldo RGR Demais Investimentos | - |
| (17) Taxa de Depreciação | 4% |
| (18) Quota de Reintegração Regulatória | 863,46 |
| (19) WACC real antes de impostos | 4% |
| (20) Taxa RGR PLPT | - |
| (21) Taxa RGR Demais Investimentos | - |
| 22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19) | 510,99 |

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

| Descrição | Valores |
|--|---------------|
| (1) Base de Anuidade Regulatória (BAR) | 1.245,00 |
| (2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA) | 311,25 |
| (3) Base de Anuidade - Veículos (BARV) | 311,25 |
| (4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI) | 622,50 |
| (5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL) | 17,02 |
| (6) Anuidade - Veículos (CAV) | 50,33 |
| (7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI) | 129,19 |
| (8) CAIMI = (5)+(6)+(7) | 196,54 |

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto Sub Módulo 8.1, o valor da Parcela B será calculado a preços da data de revisão de cada permissionária, sendo que no reajuste tarifário subsequente o Valor da Parcela B calculado será atualizado pela variação anual do IPCA desde a revisão tarifária, reduzido o Fator X.

Ao Valor da Parcela B deverá ser aplicado um índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, de forma a considerar os ganhos potenciais de produtividade no período de vigência das tarifas estabelecidas na revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (Pm) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada permissionária no ajuste do Valor da Parcela B será definido a partir da produtividade média calculada no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica para as pequenas Permissionárias de energia elétrica, sendo adotado o valor de 1,15% a.a..

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Sub Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da Permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

| Descrição | Receita Ultimo IRT R\$ | Receita Verificada | Reajuste | Varição Projetada % | Impacto na Revisão Tarifária % | Part. na Receita % |
|---|------------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| 1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3) | 2.207,58 | 2.215,91 | 3.357,11 | 0,17% | 353,06% | 37,00% |
| 1.1. Encargos Setoriais | 668,05 | 673,98 | 563,60 | 2,22% | -68,98% | 6,21% |
| RGR | - | - | - | - | - | - |
| CCC | - | - | - | - | - | - |
| TFSEE | 24,18 | 24,28 | 13,92 | 0,41% | -42,67% | 0,15% |
| CDE | 511,82 | 516,46 | 428,91 | 0,91% | -16,95% | 4,73% |
| PROINFA | 132,05 | 133,24 | 120,77 | 0,90% | -9,36% | 1,33% |
| P&D (Eficiência Energética) | - | - | - | - | - | - |
| NOS | - | - | - | - | - | - |
| ESS | - | - | - | - | - | - |
| 1.2. Transmissão | 242,70 | 236,03 | 1.175,81 | -2,75% | 398,16% | 12,96% |
| Rede Básica | - | - | - | - | - | - |
| Rede Básica Fronteira | - | - | - | - | - | - |
| Itaipu | - | - | - | - | - | - |
| Conexão | - | - | - | - | - | - |
| CUSD | 242,70 | 236,03 | 1.175,81 | -2,75% | 398,16% | 12,96% |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| 1.3. Compra de Energia | 1.296,83 | 1.305,90 | 1.617,70 | 0,70% | 23,88% | 17,83% |
| CCCEAR Existente | - | - | - | - | - | - |
| CCCEAR Nova | - | - | - | - | - | - |
| Contratos Bilaterais | 1.296,83 | 1.305,90 | 1.617,70 | 0,70% | 23,88% | 17,83% |
| Itaipu | - | - | - | - | - | - |
| 2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5) | 5.584,34 | 5.599,20 | 5.716,58 | 0,27% | 2,10% | 63,00% |
| 2.1. Custos Operacionais + Anuidades | - | - | - | - | - | - |
| 2.2. Remuneração | - | - | - | - | - | - |
| 2.3. Depreciação | - | - | - | - | - | - |
| 2.4. Receitas Irrecuperáveis | - | - | - | - | - | - |
| 2.5. Outras Receitas | 5.584,34 | 5.599,20 | 5.716,58 | 0,27% | 2,10% | 63,00% |
| 3. Reposicionamento Econômico | 19,71% | | -14,82% | | | |
| 4. Componentes Financeiros | -11,77% | | 2,54% | | | |
| 5. Reposicionamento com Financeiros | 7,94% | | -12,28% | | | |
| 6. Financeiros Retirados do IRT anterior | -16,09% | | -11,77% | | | |
| 7. Efeito para Consumidor | 23,66% | | -2,64% | | | |

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

| Descrição | Nota | 2017 | | | 2016 | | |
|---|------|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societario | Regulatório | Ajustes | Societario |
| Ativos | | | | | | | |
| Ativo circulante | | 5.675,98 | - | 5.675,98 | 5.216,70 | - | 5.216,70 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 3.371,90 | - | 3.371,90 | 2.852,03 | - | 2.852,03 |
| Consumidores | 14.1 | 1.305,33 | - | 1.305,33 | 1.105,21 | - | 1.105,21 |
| Concessionárias e permissionárias | | - | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | | 99,00 | - | 99,00 | 97,78 | - | 97,78 |
| Tributos compensáveis | | 210,16 | - | 210,16 | 299,83 | - | 299,83 |
| Depósitos judiciais e cauções | | - | - | - | - | - | - |
| Almoxarifado operacional | | 91,29 | - | 91,29 | 124,98 | - | 124,98 |
| Investimentos temporários | | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos | | - | - | - | 0,30 | - | 0,30 |
| Ativos financeiros setoriais | 14.2 | 276,61 | - | 276,61 | 655,64 | - | 655,64 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 23,86 | - | 23,86 | 29,77 | - | 29,77 |
| Ativos de operação descontinuada e bens destinados à al | 14.3 | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes | | 297,83 | - | 297,83 | 51,16 | - | 51,16 |
| Ativo não circulante | | 15.925,48 | (8.748,17) | 7.177,30 | 11.786,25 | (4.703,46) | 7.082,79 |
| Consumidores | | - | - | - | - | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | | - | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos compensáveis | | 77,09 | - | 77,09 | 49,32 | - | 49,32 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 11,85 | - | 11,85 | 2,66 | - | 2,66 |
| Investimentos temporários | | 681,80 | - | 681,80 | 697,97 | - | 697,97 |
| Empréstimos | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | 14.1 | - | 1.862,38 | 1.862,38 | - | 1.948,80 | 1.948,80 |
| Despesas pagas antecipadamente | | - | - | - | - | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos não circulantes | | - | - | - | - | - | - |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | - | - | - | - | - | - |
| Imobilizado | 14.4 | 15.129,57 | (14.027,40) | 1.102,17 | 10.995,38 | (9.949,55) | 1.045,83 |
| Intangível | 14.5 | 25,17 | 3.416,85 | 3.442,02 | 40,92 | 3.297,29 | 3.338,21 |
| Total do ativo | | 21.601,46 | (8.748,17) | 12.853,29 | 17.002,95 | (4.703,46) | 12.299,49 |

| Passivo | | | | | | | |
|--|------|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Passivo circulante | | 1.153,69 | - | 1.153,69 | 1.235,82 | - | 1.235,82 |
| Fornecedores | | 123,05 | - | 123,05 | 55,67 | - | 55,67 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 12,78 | - | 12,78 | 42,22 | - | 42,22 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 166,33 | - | 166,33 | 131,54 | - | 131,54 |
| Benefício pós-emprego | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos | | 314,51 | - | 314,51 | 299,25 | - | 299,25 |
| Provisão para litígios | | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | | - | - | - | - | - | - |
| Encargos setoriais | | 224,15 | - | 224,15 | 124,16 | - | 124,16 |
| Provisão para descomissionamento | | - | - | - | - | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 14.1 | 176,36 | - | 176,36 | 465,21 | - | 465,21 |
| Provisão para uso do bem público | | - | - | - | - | - | - |
| Passivos de operações descontinuadas | | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações com associados | | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes | | 136,51 | - | 136,51 | 117,77 | - | 117,77 |
| Passivo não circulante | | 365,09 | - | 365,09 | 422,24 | - | 422,24 |
| Fornecedores | | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | - | - | - | - | - | - |
| Benefício pós-emprego | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos | | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para litígios | | - | - | - | - | - | - |
| Encargos setoriais | | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para descomissionamento | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | | - | - | - | - | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 14.1 | - | - | - | 173,20 | - | 173,20 |
| Provisão para uso do bem público | | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações com associados | | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos não circulantes | | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | 365,09 | - | 365,09 | 249,04 | - | 249,04 |
| Total do passivo | | 1.518,78 | - | 1.518,78 | 1.658,06 | - | 1.658,06 |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 4.069,59 | - | 4.069,59 | 4.065,61 | - | 4.065,61 |
| Reservas de capital | | - | - | - | (317,02) | 317,02 | - |
| Outros resultados abrangentes | | 8.748,18 | (8.748,18) | (0,00) | 4.703,45 | (4.703,46) | (0,01) |
| Reservas de lucros | | - | - | - | - | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | | - | - | - | - | - | - |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | - | - | - | - | - | - |
| (-) Ações Próprias em Tesouraria | | - | - | - | - | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | | - | - | - | - | - | - |
| Participação de Não Controladores | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de sobras | | 6.975,32 | - | 6.975,32 | 6.509,14 | - | 6.509,14 |
| Sobras à disposição da Assembleia | | 289,59 | - | 289,59 | 383,71 | (317,02) | 66,69 |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | | - | - | - | - | - | - |
| Participação de não controladores | | - | - | - | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido | | 20.082,68 | (8.748,18) | 11.334,50 | 15.344,89 | (4.703,46) | 10.641,43 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 21.601,46 | (8.748,18) | 12.853,28 | 17.002,95 | (4.703,46) | 12.299,49 |

| | Nota | 2017 | | | 2016 | | |
|--|------|-------------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societario | Regulatório | Ajustes | Societario |
| Operações em continuidade | | | | | | | |
| Receita / Ingresso | | 9.731,07 | - | 9.731,07 | 7.963,43 | - | 7.963,43 |
| Fornecimento de energia elétrica | | 2.971,13 | - | 2.971,13 | 2.145,70 | - | 2.145,70 |
| (-) Transferências | | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento de energia elétrica | | - | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | | - | - | - | - | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 5.356,84 | - | 5.356,84 | 5.202,85 | - | 5.202,85 |
| Ativos e Passivos Financeiros Setoriais | | 79,14 | - | 79,14 | 513,41 | - | 513,41 |
| Serviços cobráveis | | 11,59 | - | 11,59 | 8,61 | - | 8,61 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | | - | - | - | - | - | - |
| Outras receitas vinculadas | | 1.312,37 | - | 1.312,37 | 92,86 | - | 92,86 |
| Tributos | | (1.834,08) | - | (1.834,08) | (1.646,29) | - | (1.646,29) |
| ICMS | | (1.633,41) | - | (1.633,41) | (1.451,00) | - | (1.451,00) |
| PIS-PASEP | | (34,67) | - | (34,67) | (30,67) | - | (30,67) |
| Cofins | | (160,02) | - | (160,02) | (159,11) | - | (159,11) |
| ISS | | (5,98) | - | (5,98) | (5,51) | - | (5,51) |
| Encargos - Parcela "A" | | (875,18) | - | (875,18) | (920,47) | - | (920,47) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (10,21) | - | (10,21) | (27,78) | - | (27,78) |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | (477,27) | - | (477,27) | (698,22) | - | (698,22) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | (10,21) | - | (10,21) | (27,74) | - | (27,74) |
| Taxa de fiscalização | | (19,05) | - | (19,05) | (22,78) | - | (22,78) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | - | - | - | - | - | - |
| Outros encargos | | (358,44) | - | (358,44) | (143,95) | - | (143,95) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | 7.021,81 | - | 7.021,81 | 5.396,67 | - | 5.396,67 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | | (1.910,54) | - | (1.910,54) | (434,71) | - | (434,71) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (1.910,54) | - | (1.910,54) | (434,71) | - | (434,71) |
| Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa | | - | - | - | - | - | - |
| Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição | | - | - | - | - | - | - |
| Encargos e Demais Despesas Setoriais | | - | - | - | - | - | - |
| Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | 5.111,27 | - | 5.111,27 | 4.961,96 | - | 4.961,96 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | | (5.207,46) | 449,89 | (4.757,57) | (4.809,39) | 173,09 | (4.636,30) |
| Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores) | | (3.399,24) | - | (3.399,24) | (3.112,88) | - | (3.112,88) |
| Material | | (228,07) | - | (228,07) | (257,25) | - | (257,25) |
| Serviços de terceiros | | (533,31) | - | (533,31) | (618,77) | - | (618,77) |
| Arrendamento e aluguéis | | (159,75) | - | (159,75) | (160,87) | - | (160,87) |
| Seguros | | (43,86) | - | (43,86) | (62,78) | - | (62,78) |
| Doações, contribuições e subvenções | | (21,82) | - | (21,82) | (21,22) | - | (21,22) |
| Provisões | | (55,01) | - | (55,01) | 6,02 | - | 6,02 |
| Recuperação de despesas | | 1,83 | - | 1,83 | 25,35 | - | 25,35 |
| Tributos | | (27,87) | - | (27,87) | (25,86) | - | (25,86) |
| Depreciação e amortização | | (907,25) | 449,89 | (457,36) | (757,39) | 317,02 | (440,37) |
| Gastos diversos da atividade | | (2,02) | - | (2,02) | (0,98) | - | (0,98) |
| Outras Receitas Operacionais | | 245,27 | - | 245,27 | 304,99 | - | 304,99 |
| Outras Gastos Operacionais | | (76,36) | - | (76,36) | (127,75) | (143,93) | (271,68) |
| Resultado da Atividade | | (96,19) | 449,89 | 353,70 | 152,57 | 173,09 | 325,66 |
| Equivalência patrimonial | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Financeiro | | 382,67 | - | 382,67 | 82,91 | - | 82,91 |
| Despesas financeiras | | (134,55) | - | (134,55) | (491,14) | - | (491,14) |
| Receitas financeiras | | 517,22 | - | 517,22 | 574,05 | - | 574,05 |
| Lucro antes dos impostos sobre o lucro | | 286,48 | - | 736,37 | 235,48 | - | 408,57 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | | (47,29) | - | (47,29) | (58,08) | - | (58,08) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | | 239,19 | - | 689,08 | 177,40 | - | 350,49 |

18.1 Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes em Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

18.3 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação dos 1º e 2º ciclos de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação dos 1º e 2º ciclos de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação compulsória

Houve ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.5.2 Depreciação

Houve ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.6 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2 Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo financeiro

Houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo intangível

Houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2017 e 2016.

18.7.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2017 e 2016.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Saldos Societário | 11.334,50 | 10.641,46 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | 8.748,18 | 4.703,43 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) | - | - |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | - | - |
| Reavaliação regulatória compulsória | 15.143,53 | 8.067,04 |
| Depreciação - reavaliação regulatória compulsória | (6.395,35) | (3.659,20) |
| Lucros / Prejuízos Acumulados | - | - |
| Sobras / Perdas a Disposição da AGO | - | 317,02 |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | - | - |
| Outros Efeitos IFRS | - | (21,43) |
| Saldos Regulatório | 20.082,68 | 15.344,89 |

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | 2017 | 2016 |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária | 689,08 | 350,49 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | (449,89) | (173,09) |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) | - | - |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | - | - |
| Reavaliação regulatória compulsória | - | - |
| Depreciação – reavaliação regulatória compulsória | (449,89) | (317,02) |
| Gastos Diversos da Atividade Vinculada / Outras Despesas Operacionais | - | 143,93 |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | - | - |
| Lucro (prejuízo) líquido regulatório | 239,19 | 177,40 |

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 17/03/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

LAURINDO PEREIRA PINTO

Diretor Presidente

JOÃO KOGA

Vice Presidente

ROSALINA DE ARAUJO MARIA

Secretária

REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA

Contador

CRC – 1SP198857/O-2

Parecer dos Auditores Independentes Regulatório



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nessa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 04 e 05 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** com data de 22 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



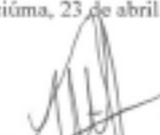
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 23 de abril de 2018.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638